

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

Ademir Vilson Karling

AS PRIVATIZAÇÕES NO PRIMEIRO GOVERNO
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NOS EDITORIAIS
DA REVISTA *VEJA* (1995-1998)

Passo Fundo

2019

Ademir Vilson Karling

AS PRIVATIZAÇÕES NO PRIMEIRO GOVERNO
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NOS EDITORIAIS
DA REVISTA *VEJA* (1995-1998)

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade de Passo Fundo como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Batistella

Passo Fundo

2019

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Encarte com entrevista com FHC.....	54
Figura 2 - “Carta ao leitor” defesa das privatizações.....	57
Figura 3 - Sobre a privatização da Vale do Rio Doce.....	59
Figura 4 - Situação da empresas recém privatizadas	62
Figura 5 - Aumento do número de linhas telefônicas.....	64
Figura 6 - Capa Privatização da Telebrás.....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
CAPÍTULO 1 – O PRIMEIRO GOVERNO FHC (1995-1998).....	15
1.1 Breve contextualização de Estado e economia no século XX.....	15
1.2 Economia e política no início dos anos 1990 no Brasil	21
1.3 Quem é FHC?.....	25
1.4 O primeiro Governo FHC (1995 - 1998).....	26
1.5 As privatizações.....	34
CAPÍTULO 2 – O TEMA DAS PRIVATIZAÇÕES NA REVISTA VEJA (1995-1998).....	42
2.1 Um pouco de História e dos posicionamentos de <i>Veja</i>	42
2.2 As reformas constitucionais em <i>Veja</i>	48
2.3 <i>Veja</i> e as privatizações.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
FONTES	78
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

O objetivo central desta pesquisa é analisar como foram tratados nos editoriais da revista *Veja* as privatizações no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), verificando o posicionamento deste veículo de imprensa. Para tanto, analisaremos 205 edições, correspondente ao número 1373 de 04 de janeiro do ano de 1995 até o número 1578 de 23 de dezembro do ano de 1998. Como objetivos secundários buscaremos estudar como foram os processos de privatizações do primeiro governo FHC. Também compreender como o contexto político e econômico daquele período influenciou o processo de privatização e verificar o papel desempenhado através do seu discurso pela Revista *Veja* no debate político e econômico no Primeiro Governo FHC. O presente trabalho se propõe assim, a fazer uma análise da representação dessas privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro mandato (1995-1998) tendo como fonte a revista *Veja*. Para tal, analisaremos como o tema foi tratado nos editoriais da revista e qual posicionamento mereceu.

A motivação para o tema desta pesquisa surgiu através de uma curiosidade existente. O fato de ter acompanhado ainda no ensino médio aquele momento da História brasileira contribuiu para isso. Existia assim, a vontade de saber mais sobre os processos de privatização do Governo FHC. A ideia inicial era trabalhar com pelo menos dois veículos de imprensa diferentes, para assim poder fazer uma espécie de contraponto, verificando posicionamentos distintos sobre o tema, devido a polêmica gerada pela venda de estatais. No entanto, na fase de elaboração do projeto deste trabalho, pela sugestão dos professores e por tratar-se de tema vasto com muito material, optou-se por focar assim sobre como o tema foi tratado pela Revista *Veja*.

Neste sentido apresentamos como justificativa para essa pesquisa a busca pela construção de uma narrativa histórica sobre como o tema privatização foi tratado em um veículo de imprensa nacional com grande circulação, no período em que a venda de estatais estava em alta, tendo como justificativa o enxugamento da máquina pública. O papel do estado está em constante discussão e a existência de empresas estatais ou não entra diretamente na discussão desse papel governamental. No Brasil, por ainda várias empresas estarem sob gerência do governo, o tema privatização é reacendido mais

fortemente e especialmente em tempos de eleição. Analisando ações do governo FHC em relação à estatais a mais de 20 anos, será também possível verificar como certos casos específicos foram tratados, como o caso da privatização da mineradora Vale do Rio Doce ocorrida em 1997. A referida empresa no ano de 2015 e neste ano de 2019 está envolvida em casos de rompimento de barragens de rejeito de minério que causaram grandes danos, inclusive a perda de muitas vidas. Ou mesmo da Petrobrás, ainda estatal, constantemente presente nos veículos de imprensa atuais. Também os casos de privatizações do setor elétrico e de telecomunicações. Entendemos assim que a pesquisa se justifica, pois temos uma questão polêmica que gera grandes debates políticos. Temos um veículo de comunicação impressa de grande circulação e temos um tema que não deixa de ser atual, quando pensamos que estamos em volta de discussões tanto no governo estadual como federal, de novos processos de privatização.

A utilização da imprensa como objeto de estudo da história é relativamente recente. Isso ocorreu devido aos próprios métodos predominantes da história nas últimas décadas. Persistiu a ideia de que a história só poderia ser feita mediante a reconstrução do passado. Para isso, o historiador precisava de uma certa distância no tempo para uma análise objetiva excluindo paixões. A própria “história do tempo presente”, no qual essa pesquisa pode fazer relação, somente passou a ser uma área possível de análise pelo historiador nos últimos anos. História de acontecimentos recentes era algo que cabia ao jornalista. Outra questão que afastava o historiador da utilização da imprensa como fonte ou objeto de pesquisa se dá pelo fato de que geralmente nela constarem ideologias. Sendo assim jornais e revistas eram vistos como detentores e produtores desses discursos ideológicos dominantes apoiados em instituições detentores do poder, com interesses organizados. Nesse caso, no entanto, deixam de ser abordados casos em que a mídia tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento, como no caso da ascensão do candidato à presidência e posterior queda de Fernando Collor de Mello (ABREU, 2008. p. 7-8).

Existem diversas vantagens na utilização da imprensa como fonte para pesquisa histórica. René Barata Zicman nos aponta três. Primeiro, trata-se de fonte com periodicidade. Os jornais como aponta o autor, mas também revistas, são “arquivos do cotidiano e registram a memória do dia-a-dia, permitindo através do seu acompanhamento estabelecer a cronologia dos fatos históricos”. Segundo,

possuem disposição espacial da informação. Os fatos históricos podem ser percebidos inseridos dentro de um contexto mais amplo. Terceiro, é o que o autor chama de “tipo de censura”. Os materiais de imprensa se diferem de outros por sofrerem censura apenas instantânea e imediata (ZICMAN, 1985, p. 90).

O trabalho com imprensa escrita reside no compromisso da interpretação dos fatos apresentados por ela visando aprender e desvendar sua escrita jornalística. Utilizando-se do mais eficaz meio de comunicação do século XX, é sim possível de forma clara fazer a reconstrução dos acontecimentos. Assim torna-se um erro desprezar a imprensa escrita como fonte documental para a história. Para alguns autores esse veículo de comunicação assume o papel de quarto poder em nosso país. Além de informação, a imprensa escrita proporciona a discussão sobre os fatos e o posicionamento de opiniões (AGUIAR, 2010, p. 6-7).

Nas pesquisas com imprensa o historiador deve primeiramente identificar a finalidade que a publicação pretende atingir. Sendo assim também é a representação das ideias de um determinado grupo, portanto não há neutralidade. Quando falamos de história política, a imprensa não é apenas fonte, pode se constituir como próprio objeto de pesquisa. Cabe assim ao pesquisador identificar as relações entre imprensa e sociedade, investigar qual o lugar social de cada veículo de imprensa e as intencionalidades históricas que cada um apresenta. Cabe ao historiador problematizar as relações de poder que cada periódico está inserido e como eles atuam no cenário político (ANGELI & ANDRADE, 2016, p. 390-391).

Importante lembrar, quando se pensa em utilizar a imprensa em pesquisa histórica, que esse tipo de material não existe para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. A opção por transformar um jornal ou revista em fonte histórica se torna uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador. Assim sendo, requer seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa, iniciando com a definição do tema até chegar à redação do texto final. Devido ao fato de a imprensa possuir linguagem, historicidade e peculiaridades próprias, é necessário que seja assim compreendida e trabalhada, buscando compreender suas relações com a sociedade. Para tanto, não podemos trabalhar com determinados fragmentos da publicação, como editoriais e notícias esparsas sem inserir esse veículo da imprensa no projeto editorial no interior do qual se articula. É preciso levar

em conta a conjuntura na qual esse jornal ou à revista se insere, procurando desvendar dentro do seu projeto editorial sua historicidade e intencionalidade. De fundamental importância transformá-los em fonte, para que as perguntas iniciais e centrais se dirijam a entender como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, quando assume papel de sujeito, “como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição?” (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 260).

Assim, as notícias apresentadas na imprensa não se constituem de uma mera “repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu filtro (ZICMAN, 1995, p. 90).

Quando o historiador busca se aprofundar na compreensão do projeto editorial do periódico, visando identificar sua atuação na conjuntura trata-se de verticalizar a análise, o que requer que se faça uma leitura mais detida e cuidadosa de seus conteúdos. Nesse sentido faz-se necessário problematizar o movimento do jornal enquanto força ativa naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica.

Mais do que atribuir características fixas às publicações, a análise sobre o projeto editorial do jornal deve conduzir a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado. Trata-se de desenvolver uma *sensibilidade de leitura* que, superando a barreira da ideologia da objetividade e da imparcialidade, surpreenda posicionamentos, projetos, alinhamentos sociais em cada conjuntura. Nessa perspectiva, situa-se o cuidado de não lidar com caracterizações generalizantes - tal jornal é liberal-conservador; o outro é populista - construindo categorias estáticas que atravessam toda a história de uma determinada publicação, por vezes abarcando séculos, como é o caso da qualificação de liberal-conservador atribuída ao jornal *O Estado de São Paulo*, obstruindo a compreensão histórica dos significados de uma posição liberal-conservadora em cada momento ou conjuntura histórica das lutas sociais. CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 264).

No momento que se busca estudar as conjunturas identificando campanhas gerais e posições políticas defendidas pelo periódico, da mesma forma que questões como sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza para a agenda pública, somos remetidos a correlação de forças e ao campo das lutas sociais do momento. Nesse sentido cabe ao pesquisador enfrentar a discussão sobre as mesmas de maneira articulada e simultânea, buscando à apreensão do processo de intervenção da publicação naquela conjuntura (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 264).

Em linhas gerais, não se pode fazer da história da imprensa um campo isolado que se referencia a si mesmo. A problemática de pesquisa deve ser feita caso a caso, o que leva a busca por conexões e vínculos não só com a história de outras formas de comunicação, mas também com a história social mais ampla. E o que se busca, não é saber tudo sobre tudo ou tudo sobre alguma coisa. Para se aprofundar na análise da conjuntura sugere-se, portanto, a ampliação do corpo documental e o diálogo com outras forças e práticas sociais do período em estudo. O aprofundamento da pesquisa depende da problemática construída durante o percurso de toda a investigação. Pode se assim, por exemplo, focar de forma mais emblemática sobre a configuração do sistema político e partidário, sobre a dinâmica dos movimentos sociais, ou sobre os movimentos alternativos da cultura, ou mesmo as políticas econômicas e às relações internacionais (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 268).

A informação é a “mercadoria” dos veículos de comunicação. Dentro deste contexto, a ação de informar supõe transmitir um saber de alguém que sabe algo, transmitindo essa informação para alguém que não sabe. O sujeito receptor sai assim, da situação de desconhecimento através de uma ação benevolente do informante. A ação de informar no entanto, se faz através de um recorte da realidade. O agente que informa faz uma seleção de fatos em função de seu público alvo, o que envolve escolher alguns assuntos e excluir outros. A ação de selecionar o que se deve comunicar, portanto, é uma escolha. Assim, o discurso contido na seleção das informações representa uma relação de intencionalidade com o mundo. Não se pode colocar a informação midiática como algo inteiramente fiel aos fatos narrados, afinal as estratégias discursivas utilizadas na escolha dos acontecimentos podem de certo ponto distorcer a transparência e a neutralidade. Esse processo se configura como uma relação processual entre a mídia e o consumidor da seguinte forma: “existe o mundo a descrever no qual a mídia

opera seu recorte e produz a informação e dessa relação decorre uma significação, ou seja, o mundo descrito, que é consumida pela instância de recepção: o leitor (ROSSATTI, 2018, p. 432-433).

Na sociedade contemporânea é evidente que a prática jornalística é comprometida com a informação, conforme acima referido. O jornalismo, no entanto, é definido antes de mais nada como uma atividade comercial. Jornais, revistas, canais de televisão e outros meios, são empresas que estão dentro de um mercado onde existe concorrência direta com outras corporações que atuam no mesmo ramo de atividade. O discurso jornalístico visa invariavelmente a captação de novos clientes, ou seja, busca seduzir o máximo possível de consumidores para o seu produto. A veiculação de notícias, segue assim essas lógicas. “Todo discurso, portanto, parte de um interesse que funciona conforme suas condições de produção e é regulado por um espaço social que limita sua função e seu alcance” (ROSSATTI, 2018, p. 433).

Em consequência disso, as funções e papéis assumidos por veículos de imprensa se voltam para funcionar efetivamente como máquinas de construir espaço público e opinião pública.

E ela é uma máquina de construir porque o seu discurso nunca é o correspondente exato do que aconteceu no espaço público – o que é impossível –, ao contrário, seu discurso é resultado de uma construção que seleciona e recorta o real. O acontecimento, na mídia, nunca é transmitido de forma pura, já que passa por critérios de seleção e por modelos narrativos que podem o tornar mais ou menos atraentes ao olhar do interlocutor (ROSSATTI, 2018, p. 434).

O século XIX marcou a consolidação da História como disciplina autônoma. A história política sendo entendida, no entanto, como uma modalidade específica, tendo o historiador alemão Leopoldo Von Ranke como maior representante. Mas a histórica política praticada no final do século XIX e início do século XX, caiu em descrédito. A mesma passou a receber a denominação de histórica política tradicional. Sobre ela recaíram uma série de “vícios” apontados por aqueles que pretendem fazer uma nova história política. Apresentar o estado como centro, estudo de revoluções e eventos militares, dar foco principal aos “grandes homens”, ou seja, estadistas ou líderes, a aspiração da objetividade e a quase somente aceitação de documentos oficiais e mesmo o desprezo ou afastamento da história do

tempo presente. Com a escola dos Annales e a renovação historiográfica surge uma crítica sistematizada contra essa História política tradicional, voltada para as estruturas em detrimento do agir humano e dos fenômenos políticos (MEDEIROS, 2017, p. 259-260).

No Brasil a história política tradicional foi construída em alicerces que visavam os interesses das autoridades na formação de uma “unidade nacional” em meados do século XIX. Com ênfase na narrativa, primazia do Estado como sujeito histórico e escolha de certos acontecimentos sem problematização, elaborava-se assim uma história oficial (MEDEIROS, 2017, p. 260-261).

A renovação da história política é marcada pelo contexto da expansão do Estado, quando as instituições públicas passam a participar cada vez mais nos mais variados espaços sociais. O historiador francês René Rémond é considerado o pioneiro nesse movimento de renovação da história política. Para este, a história política sofreu as influências do “ambiente intelectual e político”, dado “o advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário”, bem como “a difusão do socialismo” em diversas partes do globo (MEDEIROS, 2017, p. 263).

É consenso entre os historiadores que história política trata necessariamente de poder. Assim sendo é essencial que a investigação de história política se volte para tudo que se relaciona com poder, sem se deter apenas a esfera do estado. Igualmente é importante, não confundir de forma simplória poder com repressão. Pode ser repressão, mas também persuasão e busca de legitimidade (MEDEIROS, 2017, p. 266).

Esta pesquisa, como mencionado, analisará discursos presentes em um veículo de imprensa. Necessariamente esses discursos envolvem questões de poder. Da mesma forma algo escrito na imprensa não pode ser considerado simplesmente como repressão. Percebe-se assim que o estudo do campo político não pode ser realizado enxergando o como um setor em separado da sociedade, ele interage com outras esferas sociais, como a economia e a cultura (MEDEIROS, 2017, p. 268).

Nessa pesquisa do campo político e econômico vamos analisar fatos e acontecimentos do contexto de um tempo até bem recente de nossa história. Algo como duas décadas atrás. Assim como a história política, a chamada história do tempo presente sofre de desconfiança por parte dos historiadores. Esse tipo de história que tem como ponto marcante a possibilidade da presença de testemunhos vivos que podem vigiar e contestar o pesquisador, não fazia com que o mesmo atingisse

legitimidade devido a vantagem de ter estado presente no momento que os fatos se deram. Da mesma maneira que no campo político, o estudo do contemporâneo ganhou fôlego com as mudanças ocorridas no campo da pesquisa histórica nas últimas décadas do século XX (FERREIRA, 2018, p. 83-84).

O historiador pode interpretar os equívocos políticos do passado e seus mecanismos de construção da memória. Mas o compromisso do historiador com o presente quando exerce seu ofício não pode estar associado a uma militância em favor de uma memória social específica. O historiador não pode se apropriar do monopólio da memória, mas deve saber trabalhar com instrumentos da sua pluralidade e fragmentação. Nesse sentido, não se nega que escrever sobre um passado recente se enquadra como escrita da história. No entanto, no atual momento do país escrever sobre passado recente não é tarefa fácil devido ao avançado processo de polarização que muitas vezes inviabiliza o diálogo, transformando assim o trabalho do pesquisador num grande desafio (FERREIRA, 2018, p. 100-101).

Nas últimas décadas ocorreu um alargamento no campo da história. Foram assim introduzidas novas linhas de investigação. Ocorreu também a volta do interesse pela história política, como já dissemos, com a qual essa pesquisa buscará dialogar. Os tempos atuais são de formação de democracias de massa, quando a informação é indispensável, servindo de suporte para partidos políticos, sindicatos, municipalidades etc. A mídia assume assim grande destaque no jogo político se organizando assim com outros atores sociais na construção de uma sociedade democrática. A volta da valorização do estudo do acontecimento histórico aumentou a importância do jornalismo para o trabalho do historiador. O acontecimento só é conhecido se sofre divulgação e os jornalistas são os primeiros a apresentá-lo. Dessa maneira não é mais possível ao historiador negar a mídia como parte do jogo político e propriamente do acontecimento histórico. Cabe, no entanto, ao historiador perceber que o jornalista além de testemunha é ator e geralmente porta-voz de partidos políticos, de organizações e de interesses (ABREU, 2008. p. 8-9).

Neste trabalho direcionado à imprensa pretendemos utilizar dois métodos de pesquisa inerentes a esse tipo de material: análise de conteúdo e análise de discurso. A análise de conteúdo é uma técnica para o tratamento de dados que tem como fundamento identificar o que está sendo dito a respeito sobre um determinado tema (VERGARA 2005, p. 15). A análise de conteúdo se desenvolveu de

sobremaneira desde o início do século XX especialmente no tratamento de materiais jornalísticos. Trata-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando a obtenção através de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42). A análise de discurso é um de método que busca entender tanto como uma mensagem é transmitida, quanto entender ou explorar o seu sentido. Nesse aspecto, analisar um discurso implica considerar além do emissor, o destinatário da mensagem, assim como o contexto no qual o discurso está inserido (VERGARA 2005, p. 25). A análise de discurso em uma pesquisa não descarta o conteúdo, portanto o que está sendo dito sobre determinado assunto, mas vai além. “Investiga como o conteúdo é usado para o alcance de determinados efeitos. Assim, se é importante verificar a forma pela qual se diz alguma coisa, a análise do discurso é recomendada como método de pesquisa” (VERGARA 2005, p. 27).

Reneé Barata Zicman apresenta uma série de procedimentos de análise para utilização da imprensa como fonte de pesquisa histórica. Entendemos que como nosso tema de pesquisa é as privatizações dentro de um período delimitado, sem muito alargamento, dentro de uma mandato presidencial de quatro anos, é interessante focar em alguns aspectos. Observamos obviamente a presença ou ausência do tema na Revista *Veja*. Já de antemão é possível afirmar que não há silêncio no periódico em questão. Zicman adota essa ponderação quando afirma que podem haver casos onde pesquisar sobre o silêncio ou ausência do tema em veículo de imprensa é mais importante que o estudo da própria presença. Podemos observar, no entanto, se há presença ou ausência de espaços para mostrar posições diferentes sobre o determinado tema. Outro ponto a destacar é a frequência. Esse ponto de análise diz respeito a regularidade quantitativa de presença ou aparecimento do tema nos artigos consultados. Por fim o trabalho de “orientação ou tonalidade”, como aponta Zicman. Que diz respeito a posição do veículo de imprensa, adotando posição positiva favorável ao tema, negativa desfavorável ao tema, neutra ou ambivalente. Como a nossa intenção neste trabalho não comparativo das posições de veículos de imprensa diferentes, nossa pesquisa está assim voltada para o estudo da tendência do posicionamento de um veículo de imprensa, baseado assim, na consulta de publicações no interior da Revista *Veja* (ZICMAN, 1985, p. 96 - 97).

Assim, estruturamos este trabalho em dois capítulos. No primeiro procuramos abordar as principais ações do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998), com destaque para as privatizações, sem esquecer de apresentar o contexto e de como seu governo se insere na conjuntura política e econômica do período. No segundo capítulo o destaque é para a Revista *Veja*. Primeiramente um breve histórico do periódico e seu posicionamento e na sequência abordaremos em sua linha editorial como foram tratadas as privatizações no Primeiro Governo FHC (1995 - 1998).

CAPÍTULO 1 – O PRIMEIRO GOVERNO FHC (1995 - 1998)

O primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) iniciado em janeiro de 1995 se situa dentro de um contexto onde transformações econômicas estavam sendo operadas na sociedade podemos dizer a nível mundial. Estavam em voga, desde os anos 1980, as chamadas medidas neoliberais que preconizam a retirada do estado da economia. As privatizações, com a venda de estatais ocupam destaque nesse bojo de medidas desestatizantes. Acrescenta-se a isso o processo de globalização econômica e a abertura de mercados ocorrido nos anos 1990. Veremos assim, quais os caminhos que levaram a esse modelo e como FHC tratou politicamente e principalmente na área econômica essas questões, buscando se enquadrar nesse modelo.

1.1 Breve contextualização de economia e Estado no século XX

O crescimento capitalista ocorrido principalmente no início do século XX levou a ocorrência de crises no cenário mundial culminando com o grande *crash* ou crise de 1929. Esse acontecimento levou ao questionamento da política liberal e não-intervencionista adotada em muitos países. No período pós crise de 1929, ocorreu a difusão da chamada doutrina Keynesiana. John Maynard Keynes propunha a ampliação da intervenção estatal e o aumento dos gastos governamentais visando o estímulo ao crescimento econômico (MESQUITA E OLIVEIRA, 2008, p. 2).

Em meio a esse período de modelo de Estado intervencionista e de bem-estar surge na Europa e na América do Norte após a II Guerra Mundial, uma reação teórica e política a essa forma de atuação estatal, o neoliberalismo. Um fenômeno distinto do liberalismo clássico do século XIX. Seu maior expoente foi Friedrich Hayek com o texto O caminho da servidão. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada

como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 1).

Nos anos em que se seguiram à II Guerra Mundial, o neoliberalismo não teve campo fértil para prosperar. O capitalismo assim baseado em muito no *Welfare state* ou estado de bem-estar social e nas ideias keynesianas entrava no seu período de auge, sua idade de ouro, com maior crescimento econômico da história durante as décadas de 50 e 60. Os avisos de Hayek e seu grupo de que o novo igualitarismo promovido pela regulação social através das intervenções econômicas destruísse a liberdade dos cidadãos e a concorrência que garantiria prosperidade não pareciam assim muito verdadeiras (ANDERSON, 1995, p. 1-2). Esse cenário, no entanto, iria mudar com a crise dos anos 70.

Contudo, as crises do petróleo na década de 70, agravadas pela situação fiscal dos Estados-Nacionais evidenciaram que o modelo de Estado intervencionista não era mais capaz por si só, de suprir as demandas sociais, de atender o ritmo das inovações tecnológicas emergentes, o que por consequência, afetou a capacidade de condução da atividade econômica pelo Estado, e a retomada das perspectivas chamadas neoliberais (MESQUITA E OLIVEIRA, 2008, p. 2).

A década de 80 foi marcada pelo início de um processo global de reformas dos Estados. O destaque neste processo foi o Reino Unido com o governo de Margaret Thatcher e os Estados Unidos no governo de Ronald Reagan. As reformas implantadas tiveram a intenção de “redesenhar” o Estado, adequando-o ao mercado. Uma redefinição do seu papel nas atividades econômicas. Os governos burocráticos foram considerados empecilhos para o empreendedorismo. “A doutrina ideológica que se tornou popularmente conhecida como ‘neoliberalismo’ misturou-se a uma série de políticas elaboradas para dar plena autonomia às forças do mercado” (EVANS, 1998, p. 54).

Nesse embalo da crise do modelo keynesiano, o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcou o início de um processo de desestatização. Esse movimento atingiu praticamente todas as economias de mercado e mesmo os países coordenados por um Estado socialista centralizado. A América latina, especificamente, viu esse processo de privatização se acelerar a partir da formação do chamado “consenso de Washington”, patrocinado por organismos internacionais como o Fundo

Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O consenso de Washington funcionou assim, como um receituário de políticas neoliberais, uma vez que a sede dessas organizações está localizada nos Estados Unidos. Essas organizações se apresentavam também para conduzir as reformas estruturais de salvação das economias latino-americanas, paralisadas devido a crise fiscal do Estado e pelos altos índices de inflação. Dentre os pontos de destaque desse receituário, a retirada do Estado da economia tinha grande destaque. “Tal tese ganhou legitimidade devido ao fato de que os estados estavam financeiramente quebrados e grande parte das empresas estatais gerando déficits e atuando com indicadores de desempenho abaixo dos padrões produtivos da iniciativa privada (AMARAL FILHO, 2005, p. 5).

A efetiva desestatização da economia através das privatizações assim compunha forte fator de pressão sobre os governos, conforme aponta (REGIS, 2002, p. 203):

Na verdade, esse chamado Consenso de Washington tinha como objetivo utilizar essas organizações internacionais como mecanismo de pressão para os governos dos países mais fechados, em termos de comércio global, no sentido de que eles patrocinassem políticas neoliberais. O mecanismo de pressão era simples, por exemplo, quando algum país necessitava de recursos do FMI, o empréstimo era concedido apenas se o tomador criasse um programa de privatizações. Se algum país precisasse de recursos do Banco Mundial, também do FMI, então ele emprestava desde que houvesse um projeto de austeridade fiscal.

Não se pode deixar também de citar que o mundo conviveu com o impacto da queda do regime socialista soviético ocorrida em 1991 e o fim da Guerra Fria, o que também acrescentava questões sobre as discussões a respeito do papel do estado na economia. No período da Guerra Fria o modelo alternativo a social democracia intervencionista e de bem-estar social era o modelo socialista. Com o fim do modelo soviético abre-se caminho assim para uma verdadeira nova ordem mundial, onde o modelo capitalista praticamente passa a não ter contraponto.

Com a menor intervenção econômica estatal e abertura de mercados mundiais surge o processo conhecido como globalização econômica, caracterizado pela circulação e direcionamento de recursos humanos, materiais ou de capital para diversos pontos do planeta. A globalização é o processo pelo

qual se expande o mercado e as fronteiras nacionais. FHC, como veremos mais adiante via esse processo como algo consolidado, cabendo ao país criar mecanismo de adaptação. Tal movimento se enquadra na continuação do processo de internacionalização do capital, que teve início com comércio de mercadorias e serviços, continuou e passou pela expansão dos empréstimos e financiamentos e generalizou o deslocamento do capital industrial por meio do desenvolvimento das empresas transnacionais. “A ineficiência apresentada pelo Estado em fazer valer suas políticas protecionistas e gerar bens públicos provocou um novo reordenamento da estrutura de poder mundial, culminando no processo de globalização da economia e no neoliberalismo como modelo de Estado” (FORIGO, 2003, p. 51-52).

Adeptos do neoliberalismo passaram assim a defender a não intervenção direta do estado na economia. Este não deveria mais agir como empresário, mas sim somente como agente regulador.

Ao invés de o Estado ir fazer aço ou, por exemplo, explorar petróleo ou ter uma empresa de telecomunicações, ele irá deixar que a iniciativa privada, de acordo com as regras impostas pelo Estado, cuide dessas atividades. O Estado dita as regras que devem ser cumpridas pela iniciativa privada. Caso essas regras venham a ser descumpridas cabe ao próprio Estado, através de suas agências reguladoras, punir as infrações (REGIS 2002, p. 206).

Para Regis, com esse modelo neoliberal a economia não está livre, apenas ela funciona sem o Estado como empresário e sim como árbitro. Cabe ao Estado, estabelecer as regras, atuando assim como regulador. É nessa concepção que surgem os programas de privatizações, que aconteceram no mundo inteiro, transferindo do Estado para a iniciativa privada empresas estatais. Este tipo de transferência ocorreu na Inglaterra, na Alemanha, no Chile, na Argentina, e também no Brasil. Então houve essa transferência de capital do Estado para a iniciativa privada. Trata-se de uma inovação, pois, num modelo meramente liberal, a estatal seria privatizada e deixada para que o mercado cuidasse de tudo (REGIS 2002, p. 206).

Resumidamente, depois da privatização, criam se agências de controle das atividades transferidas para o setor privado. Então essas agências atuam implantando regras e cuidam estabelecer

metas e para punir os que descumprissem as metas. No caso do Brasil temos o exemplo da Anatel e da Aneel, entre outras agências. Estas agências estão voltadas para a regulamentação do mercado. Isso é uma ideia neoliberal, algo completamente novo e diferente do modelo do liberalismo clássico (REGIS 2002, p. 206).

Podemos assim, pensar como o Estado brasileiro se enquadrou em toda essa conjuntura, principalmente com o governo FHC:

Como inserir o Estado brasileiro neste contexto? Que tipo de Estado ele se transformou após o governo Cardoso? O atual Estado brasileiro remodelado a partir da Constituição Federal de 1988 sofreu profundas influências das reformas neoliberais do final do século XX, principalmente, durante o governo Cardoso. Não obstante, a sua essência não foi alterada, o mesmo continua sendo uma tentativa frustrada de social democracia. Apesar das reformas implementadas ao longo da última década, é incorreto denominar o Brasil de um Estado neoliberal, mesmo com toda a diminuição do Estado a partir das privatizações e da adoção de um novo modelo de intervenção do Estado na economia, ancorado nas agências reguladoras. Ou seja, mesmo depois dessa gigantesca onda neoliberal, na verdade o Brasil não é um Estado neoliberal, e sim uma tentativa frustrada de social democracia (REGIS 2002, p. 214).

Em resumo, a social democracia nasce do compromisso entre o proletariado e a burguesia que fez surgir um Estado extremamente caro, daí as pressões internas. A manutenção desse estado chamado *welfare state* é custosa. Tal modelo requer uma carga tributária muito elevada para, por exemplo, garantir educação de qualidade, ou sólida infra-estrutura. Para seus críticos, a social democracia cria um Estado pesado, caro, de economia estruturada em empresas estatais deficientes. A atuação do estado era de presença, atuando como empresário possuindo companhias de mineração, de aviação, siderúrgicas, de telecomunicações, petrolíferas. Sobre esse modelo é que começam a surgir críticas, principalmente referente aos processos de compra via licitação ao nepotismo, ou ao uso político dos cargos, deixando as empresas estatais sem competitividade.

A chamada crise da social democracia foi, principalmente, resultado do aumento constante dos custos do Estado para a contínua promoção do *welfare state*. Chegou-se a um ponto em que este Estado passou a ser caro demais. Fazendo surgir um movimento de reestruturação do Estado, um movimento que balançou as bases da social democracia e

este movimento foi chamado de neoliberalismo, que veio para renovar a social democracia. Assim como o socialismo serviu para modificar as bases do liberalismo, criando a social democracia o neoliberalismo conseguiu funcionar como uma força reformadora da social democracia. O neoliberalismo não é o retorno ao liberalismo. Até porque, seria impossível, depois de ter sido criada toda essa estrutura social, todo esse Estado intervencionista, depois da revolução socialista, depois da criação da social democracia, onde houve a incorporação de todos aqueles direitos sociais de segunda geração, abandonar-se, simplesmente, todas as conquistas sociais para um retorno a uma situação anterior à social democracia. Portanto, é um equívoco pensar que o neoliberalismo é o puro e simples retorno ao liberalismo (REGIS 2002, p. 205).

Em contraponto, a grande crítica que se fez às políticas neoliberais diz respeito à tentativa de acabar com direitos adquiridos decorrentes de lutas seculares dos movimentos sociais. Podemos aqui citar a chamada flexibilização da legislação trabalhista que retira direitos dos trabalhadores, com alegação da necessidade de gerar de mais empregos. Políticas questionáveis assim geram desgaste no discurso neoliberal. Da mesma forma a abertura econômica promovida pelo Estado para o mercado externo com aumento de importações de produtos industrializados é outro ponto de desgaste do modelo neoliberal. Em resumo, os países começaram a vender suas empresas, começaram a abrir suas economias, buscando um lugar ao sol na globalização. Tais medidas reformistas acabaram por algum tempo gerar expectativas enormes, mas isso teve um limite, como aponta (REGIS 2002, p. 208):

Após várias reformas, chegou-se à conclusão de que esse tipo de programa não é aplicável indefinitivamente. As privatizações chegam ao fim, e depois? O que fazer para gerar ativos financeiros para o Estado? Chega-se a um ponto em que as barreiras comerciais já foram derrubadas pelos acordos internacionais. E aí o que fazer para proteger a indústria nacional? Portanto, existe um limite para políticas neoliberais. De fato, se é verdade que o neoliberalismo veio para apontar as contradições da social democracia, é verdade também que ele tem as suas próprias contradições.

Todos esses aspectos influenciaram para que surgissem mudanças na concepção social democrata de Estado. A social democracia teve uma renovação por conta do neoliberalismo enquanto programa de reformas do Estado. “Entretanto, o neoliberalismo nunca foi efetivamente implantado como modelo de Estado como aconteceu com a social democracia”(REGIS 2002, p. 207).

1.2 Economia e política no início dos anos 1990 no Brasil

Os anos 1990 no Brasil em termos políticos foram de ajustes. O país havia saído a menos de uma década de um período de ditadura militar que durou 21 anos. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito pela população nesse novo período democrático. O país passaria por mais turbulências quando o governo de Collor seria atingido com as primeiras denúncias de corrupção oferecidas por seu irmão Pedro, em maio de 1992. Itamar Franco, vice de Collor se movimentou rapidamente, desligando-se do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), optando por ficar como franco atirador, sem partido. Proclamou-se isento das acusações dirigidas ao governo e principalmente assumiu a postura se colocando como pronto para assumir a Presidência. “Para tanto, enfrentou o poderoso senador baiano Antônio Carlos Magalhães (ACM), que havia colocado em dúvida a "representatividade" do vice, e conclamou a "união nacional em torno da legalidade" e o respeito à Constituição” (MOTTA, 2018, p. 222-223).

O mandato de Collor assim não se completaria. Em meio ao processo de *impeachment*, ocorreu sua renúncia no final do ano de 1992. Itamar Franco assumiu a Presidência da República. A manutenção da ordem constitucional, no entanto, seria insuficiente para que a transição levasse o país ao caminho seguro, ainda mais devido perfil ideológico de Itamar:

Embora reconhecido como um político "honesto", isento de acusações de corrupção - excelente trunfo naquele momento -, o perfil ideológico de Itamar despertava, no entanto, apreensão em setores que defendiam as reformas de cunho liberal e a abertura da economia. Ou seja, o vice teria, de algum modo, que negociar com o chamado "pensamento neoliberal", o qual, oriundo da matriz Reagan-Thatcher nos anos 1980, havia entrado (MOTTA, 2018, p. 223).

Na busca de apoio, Itamar encontrou no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principalmente na figura do senador Fernando Henrique Cardoso adesão ao seu projeto político. “A aposta era alta: ser herdeiro do sucesso de um governo que dispunha de apenas dois anos para chegar

aonde governos anteriores haviam falhado - na redução da taxa de inflação (MOTTA, 2018, p. 223). Justamente o ministros da Fazenda no início de seu governo não se sustentariam, ocasionando várias trocas. Eram nomes de pouca expressão e sobretudo o fracasso dessas escolhas passou pela dificuldade de se alcançar consenso em torno da política de desestatização e de privatização, causadora de muitas disputas entre diversos grupos políticos e econômicos. Sem um partido forte a lhe dar sustentação, não seria possível a Itamar vencer a luta contra a inflação e se firmar politicamente, enfim, alcançar a estabilidade econômica. “Ou seja, precisava de um nome de expressão nacional para conduzir a Fazenda - o senador Fernando Henrique Cardoso, então no Ministério das Relações Exteriores - e da força de um partido razoavelmente unido em torno de uma política econômica, o PSDB” (MOTTA, 2018, p. 224). Assim, em maio de 1993, FHC assume o Ministério da Fazenda. Para sua equipe recrutou economistas que haviam estudado no exterior e quase todos associados ao Departamento de Economia da PUC (Pontífice Universidade Católica) do Rio de Janeiro e que haviam participado do Plano Cruzado. “Naquela ocasião, a chamada proposta "Larida", calcada na superindexação da economia através da introdução de uma nova moeda, foi derrotada pelo *choque heterodoxo*, que consistiu, fundamentalmente, no congelamento de preços e salários” (MOTTA, 2018, p. 226).

A nova equipe não pensava em choque e nem congelamento. Defendia que quanto mais divulgadas fossem as medidas do plano de estabilização, maior seria a adesão da população. Em junho de 1993, um mês depois da posse na Fazenda, foi apresentado o Plano de Ação Imediata (PAI), que buscava a redução de 6 bilhões de dólares nos gastos públicos. Como continuação dessa política econômica, em 10 de julho reduziram-se substancialmente as alíquotas de importação. Tal medida buscava fazer com que o setor industrial modernizasse as linhas de montagem, de maneira a elevar a produtividade e a reduzir custos. “Pretendia-se, também, enfraquecer o controle exercido sobre a economia brasileira por grupos "monopolistas", que acertavam entre si os preços e os impunham ao mercado”(MOTTA, 2018, p. 226-227).

A visão imperativa que iria prevalecer no futuro Governo FHC, a luta sem sem medidas contra a inflação e a redução dos gastos públicos, já estava presente de forma ativa no Ministério da Fazenda montado em 1993:

Na avaliação dos tucanos, a chave do problema da inflação residia no déficit crônico do Estado. O combate ao processo inflacionário deveria, portanto, articular-se estrategicamente com as privatizações e a redução dos gastos públicos. Apesar das resistências, em setembro, o governo privatizou a Açominas. O programa avançou e, logo em seguida, passou integralmente à jurisdição do Ministério da Fazenda, sendo então ampliado o número de estatais abrangidas pela desestatização, aí incluída a quebra parcial dos monopólios da Petrobras e da Eletrobras. No plano cambial, foram unificados os mercados comercial e flutuante, o que levou a cotação do dólar paralelo a uma queda inédita, e, por consequência, favoreceu a queda da inflação (MOTTA, 2018, p. 227).

No aprofundamento nessa direção, em 7 de dezembro de 1993, FHC já indicado pelo PSDB como futuro candidato à Presidência, apresentou o Plano de Estabilização Econômica, onde os pontos de destaque indicavam o ajuste fiscal a ser perseguido basicamente por meio de cortes radicais nos gastos públicos. O próximo passo seria então a aprovação no Congresso do Fundo Social de Emergência (FSE): dispositivo orçamentário baseado na desvinculação de tributos e contribuições sociais de suas destinações definidas pela Constituição. Uma medida de austeridade que sofreu resistências dentro do próprio PSDB, principalmente ao fato de tratar-se de ano eleitoral. Afinal, em fevereiro de 1994, com apoio do Partido da Frente Liberal (PFL), o FSE foi aprovado, o que significou uma importante vitória política do governo, já que era considerado essencial para a implementação do programa de estabilização (MOTTA, 2018, p. 227-228).

Em seguida se iniciaria o caminho para o chamado Plano Real, a criação de uma nova moeda. Como o ocorrido em outros planos econômicos eram medidas de reforma na área monetária. O início se deu em 28 de julho de 1993 com o corte de três zeros da moeda nacional, que passou a se chamar cruzeiro real. Em 28 de fevereiro de 1994, foi criada a Unidade Real de Valor (URV), unidade de conta, com reajuste diário. A grande intenção da medida era preparar o terreno, para que no dia da transição da URV para o real os preços estivessem exatamente cotados pelo dia anterior. Dessa forma, em 30 de junho, a URV, cotada em 2.750 cruzeiros reais, converteu-se em real, então equivalente a um dólar. A inflação mensal ficou abaixo de 10% em julho e caiu a menos de 1% no final de 1994 (MOTTA, 2018, p. 228).

O fato era que Itamar e FHC tinham apenas um ano para montar uma coalizão capaz de vencer as eleições em um ambiente não favorável, onde havia restrição de arrecadação de impostos, inflação e desconfiança da opinião pública, ainda com lembranças de tantos planos econômicos que não haviam dado certo. O PT (Partido dos Trabalhadores) depois de ter dado amplo apoio ao movimento pró-impeachment, liderava o bloco de esquerda, empreendendo agora forte oposição ao programa de estabilização, claramente afinado com as propostas neoliberais, que afetam diretamente os trabalhadores das estatais e do serviço público, eleitorado fiel aos petistas (MOTTA, 2018, p. 229).

Os desafios para a candidatura FHC iniciaram na formação de uma coalizão partidária e parlamentar de centro-direita. Com a liderança cabendo ao PSDB e o PFL (Partido da Frente Liberal) ficando com a vaga de vice para o senador pernambucano Marco Maciel, além do apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de parcelas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para conseguir sustentação para aprovação de medidas polêmicas, porém consideradas indispensáveis para o sucesso do plano. Mais difícil ainda seria convencer o eleitorado que votaria em outubro, de que os benefícios como a queda da inflação superariam os sacrifícios exigidos por uma política fiscal que além aumentar impostos, ainda criaria outros novos, como o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) (MOTTA, 2018, p. 230).

Itamar entraria em campo já com a corrida eleitoral em andamento, colocando seu capital político. Mesmo não alcançando o objetivo de ser considerado o “pai do Real”, assumiu posição divergente ao que ficou conhecido como “pensamento único”. Nessa posição, conseguiu ampliar o leque de apoio político a chapa governista ao imprimir ritmo mais lento as reformas liberais previstas e que eram consideradas fundamentais para a queda da inflação. “À medida que o real conquistava corações e mentes, a ponte frágil e oscilante se transformou em um caminho pavimentado por onde desfilaria FHC” (MOTTA, 2018, p. 230). Com a vitória na eleição presidencial, o combate a inflação continuaria sendo objeto do maior esforço empreendido pelo governo, principalmente visando sua manutenção em níveis baixos, pois havia o entendimento de que qualquer vacilo do governo no controle dos preços poderia colocar em risco os ganhos até então conquistados (MOTTA, 2018, p. 231).

1.3 Quem é FHC ?

Fernando Henrique Cardoso é um sociólogo formado na USP (Universidade de São Paulo), instituição onde posteriormente iria lecionar. Após do golpe militar de 1964 exilou-se no exterior. No âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com sede em Santiago do Chile, participou do debate sobre as economias latino-americanas e elaborou com o chileno Enzo Fallerro, a teoria da “dependência”, exposta em Dependência e Desenvolvimento na América Latina, livro que foi lançado em 1969 em espanhol e, no ano seguinte, em português. A marca inovadora dessa teoria foi a análise do chamado desenvolvimento dependente-associado, cujo ponto central se concentrava na variação das formas de dependência em diferentes circunstâncias históricas e geográficas, bem como na relação íntima e essencial entre o interno e o externo. Voltou ao Brasil em 1968, tendo sido aposentado de forma compulsória pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), sendo assim impedido de lecionar em instituições públicas. Em 1969 fundou em São Paulo conjuntamente com outros professores atingidos por atos de exceção, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), graças a obtenção de recursos junto à Fundação Ford. O Centro se mantinha, entre outras atividades, através da elaboração de pesquisas para empresas privadas (MOTTA, 2018, p. 225).

O início das atividades diretas na política de FHC veio da aproximação com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido cuja direção lhe propôs atualizar o programa partidário para as eleições legislativas de 1974. Esse trabalho acabou por aproximá-lo de importantes líderes do partido oposicionista em São Paulo, como Ulysses Guimarães e Orestes Quércia, resultando em sua filiação ao MDB/SP. Em 1978 ficou na suplência da candidatura de Franco Montoro ao Senado Federal. FHC teve ligeira aproximação com o PT de Lula, mas mesmo com a reforma partidária, se manteve no PMDB. Com Montoro eleito governador de São Paulo em 1983, assumiu uma cadeira no Senado. “No âmbito da mobilização social que marcou o final do processo de redemocratização, com destaque para as Diretas Já (1984), FHC viu nas eleições para prefeito das capitais a se realizar no ano seguinte, uma excelente oportunidade para se lançar em sua primeira experiência eleitoral”. Derrotado

no pleito por Jânio Quadros na disputa pelo Executivo paulistano voltou ao Senado se reelegendo em de 1986. Como senador, teve um papel de destaque na discussão e elaboração da nova Constituição. O momento conturbado do PMDB paulista em 1988, comandado na época por Quéricia, fez com que FHC, Covas e um grupo expressivo de políticos abandonasse o partido e partisse para a fundação do PSDB. Mário Covas concorreu à presidência pela nova sigla na eleição presidencial de 1989, vencida por Fernando Collor. Até assumir a Fazenda no governo Itamar Franco, FHC sempre demonstrava disposição para negociação na formação de frentes mesmo com partidos diversos, desde que se buscasse a manutenção democrática evitando impasses causadores de retrocessos políticos. Foi convidado duas vezes a assumir o Ministério das Relações Exteriores no governo Collor. Nas duas ocasiões, após discussão com direção do PSDB, pressionado por Covas, recusou o convite. Como vimos, com Itamar seria diferente. Em outubro de 1992, FHC recebeu sinal verde de seu partido para assumir o cargo de chanceler do governo interino recém-empossado. Nele ficou por poucos meses, até sua convocação, em maio de 1993, para assumir a Fazenda (MOTTA, 2018, p. 225-226).

1.4 O primeiro governo FHC (1995-1998)

Atingida certa estabilidade econômica, principalmente com a queda da inflação de preços, FHC inicia o seu governo organizando uma ampla reforma nas políticas e nos aparelhos do Estado pretendendo reduzir o “custo Brasil”, solucionar a crise da economia brasileira e garantir as condições de inserção do país na economia globalizada (Cardoso, 1998, p. 9). Assim como ocorreu internacionalmente, a reforma do Estado no Brasil visava a redução dos gastos públicos, através das privatizações e terceirizações. O intuito deste movimento era “tornar o Estado mais ‘administrável’ pelos burocratas” (PAES DE PAULA, 2005, p. 126).

Uma época de grandes mudanças. Seguramente é assim que a chamada era FHC (1994-2002) pode ser classificada dentro da História recente do Brasil. Ações em seu governo tiveram reflexo direto

sobre a sociedade brasileira. As propostas alteram assim, a estrutura econômica e do próprio Estado. O governo FHC se comprometeu realmente a causar alterações na estrutura da sociedade. Tal expressão se baseia no fato de FHC, diferentemente de outros governos, encampou diversos projetos adotando um novo paradigma de interpretação, no caso, o neoliberalismo. “Sem nenhuma dúvida, foi a primeira iniciativa política claramente comprometida com uma estratégia reformista baseada no ideário liberal” (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 112).

Quando falamos em mudança, é interessante pensar que houve uma mudança na própria visão política e principalmente econômica de FHC durante a sua trajetória e mesmo de líderes importantes do seu partido. Nos referimos aqui, a visão referente a chamada política nacional-desenvolvimentista, como aponta Marly Motta, citando inclusive fala do próprio FHC sobre privatização da Vale do Rio Doce, que será nosso tema mais adiante nesta pesquisa:

Apesar das declarações enfáticas dos políticos tucanos - sobretudo FHC e Mário Covas - a favor de um "choque de capitalismo no modelo econômico brasileiro", o fato é que a tradição política de ambos estava ancorada no nacional-desenvolvimentismo, cuja influência nos corações e nas mentes dos brasileiros não deve ser relegada a segundo plano. Foi o próprio FHC que admitiu suas dúvidas em relação ao processo de privatização, para o qual teria sido conquistado pouco a pouco: "No início, eu próprio tinha resistência à ideia das privatizações. Eu me recordo de que na campanha eleitoral e nos meus primeiros anos na presidência [...] não passava pela minha cabeça a privatização da Vale (MOTTA, 2018, p. 229).

Mas mergulhando de vez no processo de mudanças, como no caso do governo FHC com seu ímpeto reformista, é adotada uma crítica revisionista do passado característica desses movimentos. Claramente se via ali então a crítica ao período da era Vargas. A busca seria assim, pela superação daquele modelo considerado de atraso onde prosperava o estatismo, o nacionalismo econômico e todas as instituições fundadas nos tempos do nacional-desenvolvimentismo “O esforço heroico de FHC e seu grupo foi mesmo o de desmontar um sistema estruturado num tipo de Estado, de economia e de sociedade que, os olhos reformistas, estava bastante atrasado diante dos imperativos técnicos e econômicos da globalização econômica e financeira” (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 112).

Tal encaminhamento podia ser percebido ainda antes de FHC assumir a cadeira presidencial. Em discurso de despedida do Senado, para qual tinha se eleito pelo Estado de São Paulo no ano de 1986, proferiu:

Que a própria complexidade da matriz produtiva implantada excluía novos avanços da industrialização por substituição de importações. Que a manutenção dos mesmos padrões de protecionismo e intervencionismo estatal sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica e distanciaria cada vez mais o Brasil do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionavam a economia mundial. E que a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento colocaria necessariamente na ordem do dia os temas da reforma do Estado e de um novo modo de inserção do País na economia internacional (CARDOSO, 1994, p. 4).

Esse possível acerto de contas de FHC com o passado varguista implementando reformas liberais não pode analisado sem levar em conta um importante elemento que é a caracterização do próprio processo de transição democrática brasileira.

Refiro-me aqui a uma agenda não resolvida pelos governos que o antecederam no poder. Como se sabe, os anos 1980 ficaram conhecidos como a “década perdida” e a referência, por mais exagerada que fosse, tinha evidentemente uma razão importante de ser: a escalada da inflação e o insucesso recorrente de todos os planos de estabilização, quatro tentativas com Sarney e duas com Collor. Do outro lado da problemática econômica, além da inflação incontrolável, estava a questão do crescimento econômico. O fracasso nas tentativas de vencer a inflação também acabava por inviabilizar estratégias mais ousadas e duradouras de crescimento, deixando a sociedade brasileira verdadeiramente perdida numa situação bastante dramática de incerteza. Em outras palavras, o governo FHC não podia dar errado (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 113).

As políticas reformistas de FHC não teriam campo para avançar se não estivessem acompanhadas também por amplas mudanças na estrutura legal do país. A Constituição de 1988 tinha em seu texto muito ainda do nacional-desenvolvimentismo. Estruturas econômicas ainda estavam atreladas ao Estado. Era necessário assim, alterar a Constituição brasileira para abrir caminho à construção do projeto liberal. Essa tarefa exigiu do governo, uma estratégia bem articulada para

viabilizar no Congresso Nacional contando com o auxílio das forças políticas aliadas do Presidente, a aprovação de emendas constitucionais visando tornar possível a execução da agenda de reformas configurada em mudanças na ordem política e econômica do país (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 120)

Visando emplacar as reformas no congresso, o debate político no primeiro governo FHC esteve voltado para questões envolvendo a Constituição de 1988. Esta que era considerada por muitos a que mais avançou na construção da democracia e dos direitos, batizada inclusive de “Constituição cidadã”, recebeu do governo pesadas críticas. Sobre a mesma acabaram recaindo os termos “estatista” e “corporativista”. O discurso assim colocava sobre a Constituição de caráter pejorativo, inclusive relacionado o documento com atraso e ineficiência. Enfim, seria antiquada frente à nova realidade imposta pela globalização (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 120).

As reformas constitucionais programadas eram em número considerável e de aprovação muito difícil, principalmente porque uma mudança na constituição exige 3/5 de votos nominais em dois turnos de votação em cada uma das casas do Congresso Nacional. Tal situação, exigiu do governo uma grande dedicação, voltando grande parte das suas energias à luta na arena político-institucional. No entanto, o caminho para aprovação dessas medidas estava de certo ponto pavimentado pois a coalizão vitoriosa em 1994 contou desde o seu início com uma posição política excepcional para realizar seus propósitos e mesmo os focos de possível oposição mais acirrada saíram das eleições consideravelmente enfraquecidos.

O pleito resultou não apenas na vitória da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, mas também numa boa maioria no Congresso Nacional para a coligação partidária de centro-direita que se articulou em torno dele (PSDB-PFL-PTB). Além disso, nos principais estados da Federação venceram as eleições candidatos a governador aliados do presidente. Ademais, a escolha do ministério permitiu ao presidente eleito consolidar sua maioria parlamentar, incorporando à coalizão original o maior partido brasileiro, o PMDB, cujo candidato à Presidência havia sido fragorosamente derrotado. Em boa parte das votações, além disso, a coligação governista podia contar com a maioria dos votos do PPB, partido situado à direita da aliança governista. Em contrapartida, as forças de esquerda – marcadas pelo nacionalismo e pelo estatismo, orientadas para a reconstrução do projeto nacional desenvolvimentista numa versão favorável à incorporação das massas populares – conseguiram obter só uma presença frágil no mundo político oficial, cerca de 1/5 das cadeiras da Câmara dos Deputados e menos ainda do Senado. Elegeram alguns governadores, mas estes acabaram mostrando-se favoráveis ao projeto de reforma do Estado defendido por Cardoso. Em suma, na arena institucional, a coligação político-partidária afinada com a orientação política do presidente da República, além de

dominar o Executivo federal, dominava claramente o Legislativo e tinha grande presença na Federação (SALLUM, 1999, p. 21).

Mesmo antes do início do mandato, o combate à inflação colocou-se como principal preocupação do governo FHC. Este fato de colocar o controle da inflação como meta principal de governo tinha efetivamente ligação com o passado recente do país, como já apontado, quando se vivia trajetórias explosivas e incontroláveis dos preços. FHC e equipe viam no controle de preços o pilar para dar seguimento a outras questões, uma vez que com inflação não haveria condições para um ciclo duradouro de crescimento econômico do país. De fato, durante todo período de governo prevaleceu essa concepção até certo ponto determinista, de que somente combatendo a inflação se alcançaria condições para a manutenção de uma boa saúde social, econômica e política para o país. A salvação para o Brasil de crises e instabilidades permanentes passaria pela derrota da inflação. No ano de 1993 quando ocorreu o lançamento do Plano Real, a inflação havia fechado em mais de 1500%, enquanto que nos anos seguintes as taxas foram extremamente baixas. Em 1995 a taxa de inflação ficou em 14,77% e em 1996 em 9,33%. Não há como negar assim que havia “uma verdade trágica para a consciência da política brasileira revelada pelos fatos: de 1986 até 1994, o país já havia experimentado cinco planos econômicos de estabilização, quatro diferentes moedas e uma hiperinflação que se notabilizou por ser uma das maiores do mundo” (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 113-114).

É importante destacar no entanto que as frentes dispostas diante do novo governo se desdobravam para além do cenário interno. Inserir o Brasil na economia globalizada era, sem dúvida, um dos pilares do projeto governamental. Essa ação contribuiria para a busca de outro resultado já mencionado: o controle da inflação e a queda dos preços internos, mediante a redução do protecionismo e a abertura do mercado brasileiro à competição internacional. A indústria nacional altamente protegida, como a têxtil, foram violentamente abalados com o ingresso de similares, muito mais baratos, oriundos dos ditos "tigres asiáticos" (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) e da China (MOTTA, 2019, p. 231-232).

Efetivamente a preocupação central do Governo FHC foi o controle da inflação aliado ao diagnóstico básico de que a economia brasileira deveria, com urgência, se adaptar ao novo ambiente

econômico internacional. A globalização como já nos referimos, seria inevitável, assim caberia ao país se enquadrar e entrar na rota da modernização econômica e social. Esse posicionamento governamental pragmático na defesa de um caminho único e inevitável no processo de globalização é que gerou muitas críticas ao governo. Aqueles contrários a esse posicionamento, muitas vezes, foram desqualificados pela retórica arrogante e eram, inclusive, taxados de nacionalistas presos ao passado. Com todo esse aparato voltado ao combate à inflação como prioridade absoluta de sua gestão, notadamente a principal política de FHC foi de fato a econômica, assim sendo evidentemente, o motivo central de polêmicas, debates e conflitos de seu governo. Mesmo dentro do governo havia grupos críticos a essa política, principalmente os economistas associados ao desenvolvimentismo que estavam lotados no Ministério do Planejamento e no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Fora do governo diversos atores da sociedade brasileira, como os trabalhadores, empresários e intelectuais mostraram-se fortemente incomodados com essa política econômica (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 114-115).

Desse modo, para os críticos, a política econômica, executada com êxito por Pedro Malan, preocupava-se apenas com a estabilização, deixando o crescimento econômico em segundo lugar. Nesse aspecto, o debate ocorrido no governo FHC em torno da política econômica agrupou-se na conhecida polarização estabilização x crescimento, em que se reuniam “liberais-desenvolvimentistas” contra os “liberais-fundamentalistas”, usando os termos do professor Brasílio Sallum. Os argumentos situavam-se nas considerações daqueles que, de um lado, defendiam que os custos para manter a inflação baixa se faziam sentir no crescimento pífio e irregular da economia brasileira e, de outro, os governistas, que respondiam que o crescimento com inflação não seria mais possível para um país como o Brasil (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 115).

Inegavelmente a questão mais problemática de toda a política econômica foi sua relação com a política de crescimento. Torna-se assim necessário avaliar esse tema com cuidado, principalmente se falarmos em política de crescimento, pois de modo geral na era FHC, a política econômica muitas vezes pareceu estar em rota contrária às iniciativas pró-crescimento, reivindicadas tanto dentro como fora do governo. O que na verdade ocorreu foi que o crescimento da economia brasileira no período dependeu

muito das oscilações da conjuntura internacional e das oportunidades geradas pela economia mundial do que efetivamente de política organizada de crescimento incentivada pelo governo. Tal questão acabou ficando para segundo mandato quando foi criado o Ministério do Desenvolvimento. “Não houve, portanto, crescimento continuado da economia, houve sim muitas oscilações e a impressão generalizada, em todos segmentos da sociedade brasileira, de que a política econômica era na verdade a grande inimiga da política de crescimento” (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 115-116).

A política econômica do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, como já mencionado, se voltou absolutamente na tentativa da consolidação do ambiente de estabilidade de preços. Nesse primeiro mandato, foi mantido um regime cambial semi fixo, baseado na administração de estreitas bandas de flutuação. A permissão para uma desvalorização cambial a um ritmo relativamente estável, no entanto, foi insuficiente para a redução do desequilíbrio do mercado em relação ao câmbio real de equilíbrio. Com esse regime de câmbio administrado, a política monetária perdeu autonomia e ficou condicionada à manutenção da paridade de câmbio escolhida. “A manutenção da valorização cambial requer, geralmente contração monetária, especialmente quando ocorrem choques externos negativos que afetam a oferta internacional de divisas para o país” (OLIVEIRA E TUROLLA, 2003, p. 196).

Na obra *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985 - 2016)*, Marli Motta se utiliza dos estudos de Eli Diniz, para quem um dos aspectos relevantes do padrão de ação estatal no governo FHC foi o reforço da “primazia estatal”, forjada em um processo de seleção e recrutamento de "elites estrategicamente introduzidas nas redes transnacionais de conexões". Ministério da Fazenda, Banco Central, Tesouro Nacional e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) formaram o que ficou conhecido como "núcleo duro do Estado", que possuía razoável autonomia variando de acordo com o tema em pauta e/ou o contexto político e de onde partiram as orientações básicas do projeto governamental no que se referia à estabilização dos preços, ao ajuste fiscal e à nova inserção do país na economia internacional (MOTTA, 2018, p. 232-233). Motta aponta, no entanto, que dentro nesse núcleo havia divergências principalmente a respeito da política cambial:

A "primazia" dessa elite burocrática não significou, no entanto, como se poderia imaginar, uma unidade de pensamento e de ação em relação à implantação de um novo modelo de desenvolvimento que rompesse com aquele herdado da Era Vargas. Uma das controvérsias foi a política cambial, sobretudo em torno das condições de depreciação do real e de seus efeitos inflacionários. Se, por um lado, a liberalização comercial e o favorecimento às importações forçavam o setor interno a segurar os preços, por outro, havia o risco de fragilização da balança comercial. A crise mexicana de 1994 acendeu a luz vermelha no Brasil e fortaleceu os defensores da desvalorização do real, com seu corolário de consequências negativas sobre a Política de combate à inflação. É gato escaldado... (MOTTA, 2018, p. 233).

O regime cambial semifixo, aliado a crises internacionais tiveram forte impacto tanto sobre as contas do governo, como a situação geral da economia brasileira.

Nesse sentido, os efeitos negativos do regime cambial semifixo sobre a política monetária foram agravados pela ocorrência de pelo menos três grandes crises de países emergentes com impacto direto sobre a economia brasileira: as crises mexicana, asiática e russa. Entre as medidas defensivas, voltadas para a continuidade da rolagem do estoque de dívida pública, a gestão da dívida mobiliária federal doméstica passou a migrar em direção a um incremento dos títulos pós-fixados em sua composição. Nos períodos de crise foram promovidas contrações monetárias para evitar que a saída de divisas em larga escala ameaçasse a defesa do regime de bandas cambiais. Por sua vez, a severidade do impacto das crises sobre a economia brasileira esteve diretamente relacionada à maior exposição e vulnerabilidade do país perante o mercado internacional de capitais (OLIVEIRA E TUROLLA, 2003, p. 196).

Numa breve descrição, podemos assim destacar que durante o primeiro mandato de FHC (1995-1995), o governo deslocou todos os esforços de política fiscal na proposta de reforma estrutural, com predominância na busca de aprovação de emendas constitucionais e de legislação voltada para a redução do déficit previdenciário e alterações na estrutura administrativa do setor público. Também direcionou suas forças sobre as chamadas ações patrimoniais cujo destaque foram as privatizações. A estrutura da política econômica do primeiro mandato foi bem sucedido no tocante à consolidação da estabilidade de preços, teve êxito quando se fala em produzir deflação e manutenção de preços de

diversos itens de consumo da população, mas mostrou-se insustentável devido à acumulação contínua de passivos públicos e externos. Por outro lado, o ritmo de acumulação da dívida pública e do passivo externo mostraram-se insustentáveis, o que acabou leva a caracterização do primeiro mandato como um período de estabilização com desequilíbrio. “Essa herança de FHC para FHC restringiu o raio de ação da política econômica do segundo mandato, mesmo com a mudança do regime cambial.” (OLIVEIRA E TUROLLA, 2003, p. 96-197).

1.5 As privatizações

As privatizações de empresas estatais pelos governos são uma das maiores críticas feitas por quem é contra as políticas liberais, geralmente por entenderem estes, tratar-se de um desmantelamento do Estado. Além de gerar desemprego com a demissão de funcionários, as estatais seriam garantidoras do acesso à população a serviços ou bens oferecidos por essas empresas. As privatizações, defendem esses, seria uma entrega do patrimônio e serviços de interesse público nas mãos de particulares, atendendo principalmente aos interesses do grande capital estrangeiro. Por outro lado, privatizar é uma das maiores bandeiras entre os liberais por entenderem que essa medida diminui a interferência do Estado na economia, reduz o déficit público e o patrimonialismo do estado com a distribuição de cargos para apadrinhados políticos, aumenta a concorrência e melhora os serviços prestados por essas empresas. Assim, o modo de atuação do estado no campo econômico é recheado de controvérsias. O debate gira em torno de uma intervenção mais efetiva e direta e de outra parte uma visão da ideologia conhecida como neoliberal, em que o estado assume uma função apenas reguladora da atividade econômica. A questão privatização é um dos pilares dessa verdadeira guerra de narrativas políticas, devido a diferentes posicionamentos. Cabe antes de mais nada, definir de forma sucinta o que é privatização:

Entende-se aqui por esse processo, a transferência parcial ou total do patrimônio pertencente ao Estado, na condição de proprietário de uma empresa, para a iniciativa privada através de uma operação de venda e compra, normalmente realizada em forma de leilão público. Outra forma de efetuar esse processo é através da concessão, pelo Estado, da exploração de um serviço, seja de transporte, fornecimento de energia elétrica ou distribuição de água para a iniciativa privada (AMARAL FILHO, 2005, p. 3-4).

Para que haja um processo de privatização, necessariamente, em outro momento da história de um país ocorreu um processo contrário com a efetiva criação de estatais. No Brasil, a criação de estatais teve seu maior impulso durante o Estado Novo (1937 - 1945). Pode-se afirmar que todos os países, mesmo de diferentes maneiras, passaram por esse processo. O caso brasileiro variou principalmente em virtude da personalidade de Getúlio Vargas e sua encarnação no projeto nacional-desenvolvimentista (AMARAL FILHO, 2005, p. 4).

A criação de estatais para atuar em diversas áreas da economia pode ser explicada por motivos diversos. Em primeiro lugar pela falta de investimentos do setor privado em muitos setores. O motivo pode ser tanto falta de interesse, quanto falta do capital necessário para realizar tal investimento, uma vez que o custo de entrada é muito alto. A decisão de diversificar a economia com indústrias de diversos ramos exigiu assim o investimento público. Podemos citar como exemplo as rodovias. Também é possível citar a grande preocupação do governo em manter sob controle algumas indústrias que eram consideradas estratégicas e limitar a participação estrangeira na economia brasileira. A Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobrás são um exemplo disso, uma vez que o governo tinha o princípio de manter a exploração do subsolo em suas mãos. Outra questão importante a citar é que governo decidiu estatizar os setores cuja regulação não foi eficiente em promover o investimento necessário para viabilizar o crescimento. Aparece também, o desejo de trabalhar na manutenção de uma soberania nacional e um temor de ter setores como esses controlados por empresas estrangeiras. Podemos citar como exemplo os setores como ferrovias, eletricidade e comunicações (COSTA E SILVA, 2005, p. 10).

A não existência de uma massa crítica empresarial, além de múltiplas falhas de mercado, fez com que o Estado fosse criando uma estrutura produtiva considerável para dar conta da oferta de serviços e insumos industriais, nas áreas de energia, transporte, siderurgia, petroquímica. Fato curioso, é que mesmo a partir de 1964, com o regime militar e toda sua equipe composta de economistas e

tecnocratas conservadora, alguns dos quais liberais, o Estado aumentou ainda mais sua participação na economia, principalmente no período comandado pelo General Ernesto Geisel (1974-1979), quando precisou do suporte estatal para implementar o II Plano Nacional de desenvolvimento - PND e promover um novo salto no processo de substituição de importações (AMARAL FILHO, 2005, p. 4-5).

O processo de privatizações no Brasil teve início ainda no final dos anos 1970 com a instalação do Programa de Desburocratização. De forma tímida, a primeira onda de venda das empresas públicas estatais brasileiras ocorreu no Governo Figueiredo, 1979-1985. No governo Sarney, a partir de 1985 a desestatização deu um novo passo, quando foi instituído o Conselho Interministerial de Privatização. Dois outros passos importantes foram dados em 1988, primeiro com a criação do Programa Federal de Desestatização e em segundo, a instalação do Conselho Federal de Desestatização, composta pelos Ministérios do Planejamento, Trabalho, Fazenda, Indústria e Comércio e representantes de empresários e trabalhadores. Já no governo Collor em 1990 ocorre uma descontinuidade no processo de privatização até então implementado. As vendas realizadas anteriormente tiveram caráter periférico não atingindo o coração das empresas estatais. Com Collor já se parte para um processo privatizante aos moldes pregados pelo “Consenso de Washington”, indo de encontro ao movimento neoliberal, visando um ajuste fiscal estrutural, fundamental no combate à inflação. Significava efetivamente a redução da presença do estado na economia (AMARAL FILHO, 2005, p. 5-7).

É com esse contexto, que em 1995 inicia o Primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Um cenário a nível mundial de abertura econômica e globalização e quando as políticas econômicas de modelo neoliberal estavam em alta. Quanto ao processo de privatização, em certo ponto já se encontrava em andamento. Governos anteriores já haviam enfraquecido correntes que se opunham as vendas de empresas pública e preparado e montado instrumentos institucionais para viabilizar esse processo. Mas, não há dúvida, que a desestatização ganha maior fôlego no primeiro Governo FHC, como destaca (AMARAL FILHO, 2005, p. 8):

Sem dúvida alguma, o período de governo Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002, foi o período de “consagração” do processo de privatização planejado por seus estrategistas no Brasil. Nesse período, quando se somam as Receitas das Vendas com as Dívidas

Transferidas, o governo FHC arrecadou US\$ 93.424 bilhões contra US\$ 11.874 bilhões no período compreendido entre 1990-1994, ou seja, 88,8% contra 11,2% (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2002). Pelo volume dos recursos levantados, fica claro que nessa fase acabaram entrando no processo de privatização os segmentos e empresas mais cobiçados pela iniciativa privada, nacional e estrangeira. Entraram, finalmente, no processo, os setores elétrico, petroquímica, ferroviário, telecomunicações e mineração. Neste, a principal transação foi realizada com a Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, que aconteceu em maio de 1997.

O Governo FHC dedicou grande esforço no projeto político voltado às privatizações. Como já mencionado, aqueles que passaram a ocupar o poder naquele momento viam a necessidade de uma grande reforma no Estado Brasileiro. Isso necessariamente passava por uma ampla revisão das empresas estatais, aliada a uma política geral de venda dessas empresas ao mercado. É notório que na construção do Brasil industrial o Estado teve papel preponderante na criação de estatais que viabilizaram o desenvolvimento deste setor da economia. Principalmente nos anos 80, o Estado brasileiro detinha em suas mãos um grande número de empresas em diferentes setores econômicos. E alguns casos houve a formação de grandes monopólios. Podemos citar o caso da telefonia e do petróleo. As privatizações assim, visavam colocar em prática políticas de modernização da economia brasileira com quebra de monopólios através de uma abertura econômica colocando essas empresas sob as regras e concorrência do mercado, inclusive com abertura de alguns setores a uma maior participação do capital (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 117-118).

Agilizar o processo de privatização teria uma dupla função: financeira e ideológica. Primeiramente existia a necessidade de sustentar uma economia carente de investimentos e com graves problemas fiscais por meio do ingresso de capitais externos investidos na compra das empresas estatais. A média anual de recursos das privatizações no primeiro Governo FHC ficou em 35 bilhões de dólares, enquanto que no governo Collor a média anual era de menos de 2 bilhões de dólares. Além disso, o projeto privatista seria um dos requisitos básicos para o dismantelamento do "velho modelo varguista" o que no caso mostra a motivação ideológica do processo, "relacionada às profundas mudanças ocorridas no cenário internacional a partir dos anos 1980, com a queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética e a crise do modelo desenvolvimentista com base em um Estado autárquico e intervencionista". A crença no Estado mínimo, com ênfase às iniciativas do setor privado era tendência

da moda, com as chamadas práticas neoliberais, embora FHC se negasse como neoliberal, classificando a si e seus pares de neo socialistas ou neo sociais (MOTTA, 2018, p. 232).

Na busca de desafogar o estado de amarras do passado e buscando recursos extras para o caixa do governo, FHC enxergava as privatizações com absoluta prioridade. Todo esse movimento de venda de estatais não foi imune a críticas. As mais contundentes vindas essencialmente do movimento sindical e de grupos políticos de esquerda, contrários ao programa de privatização. Nem mesmo setores nem tão contrários assim a vendas dessas estatais concordavam inteiramente com ações do governo. O questionamento recaiu principalmente sobre a forma de leilão das empresas. O fato é que mesmo com críticas o projeto de desestatização foi implantado e boa parte do patrimônio industrial público construído em décadas no Brasil foi vendido ao setor privado. Empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional, inaugurada em 1943 por Vargas, a Companhia Vale do Rio Doce, uma gigante da mineração, além do sistema Telebrás, que atendia o país todo, foram leiloadas e entregues à iniciativa privada (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 118).

O PSDB e também os organismos financeiros internacionais tinham a visão de que estatais eram o lugar da ineficiência produtiva, aliada ao empreguismo natural do serviço público brasileiro. Assim sendo, somente a iniciativa privada poderia gerar a mudança pela qual a sociedade, na avaliação do governo deveria passar. Em outras palavras efetivar o famoso choque de capitalismo, para garantir mais produtividade, gerar concorrência e mais eficiência. FHC entendia que o papel do Estado já estava feito, na realidade sua atuação já havia ultrapassado o necessário. Este já havia criado todas as condições para o desenvolvimento do país em bases capitalistas. A partir daquele momento deveriam entrar em campo os capitalistas, cabendo ao Estado apenas gerar mecanismo de regulação do mercado (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 118).

As privatizações ocuparam assim, papel de destaque na agenda de reformas do primeiro Governo FHC. Como já citado, no Brasil e na América Latina passou-se a seguir a orientação ideológica que pregava ações que pretendiam tornar a economia mais competitiva e manter o Estado cuidando de funções sociais essenciais. Países como Argentina, Chile e México também realizaram grandes programas de desestatização, promovidos por governos reformistas.

No caso de FHC, em todo o período em que se manteve à frente do governo, foram vendidas 35 empresas estatais federais, arrecadando cerca de US\$20 bilhões 11 em recursos reais. Entre elas, de diferentes tamanhos, foram incluídas empresas da economia, como o siderúrgico, o petroquímico, o de fertilizantes, o ferroviário, o elétrico, a mineração o portuário e o financeiro. Neste caso, vale dizer, a lógica das privatizações não atingiu apenas a economia industrial com a venda das empresas, mas também a economia do setor financeiro com a venda de grandes instituições financeiras que foram privatizadas principalmente nos estados da federação. Embora se reconheça que as instituições federais (o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal) tenham sido preservadas, isso não significa dizer que FHC não tenha efetivamente conduzido uma ampla reforma do sistema financeiro estatal. Como se sabe, essa política atingiu fortemente as unidades federais que, em muitos casos, foram colocadas sob forte pressão. Em praticamente todos os estados, houve privatização de bancos públicos estaduais, incluindo em São Paulo, com a venda do Banespa, o Paraná com a do Banestado, o Rio com a do Banerj, e muitos outros governos estaduais que ficaram sem uma instituição financeira pública. Ainda assim, os estados também realizaram programas de vendas de empresas públicas, como no caso da telefonia fixa e da energia elétrica (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 118-119).

A falta de critérios objetivos para a venda das estatais foi a principal crítica direcionada ao governo por aqueles contrários às privatizações. Diversas empresas foram vendidas rapidamente por preços mínimos bem abaixo ao valor real de mercado. O planejamento estratégico do governo estava assim seriamente comprometido, principalmente na visão de setores ideológicos mais nacionalistas, ainda mais quando setores como distribuição de energia elétrica e telecomunicações estavam efetivamente sendo colocados nas mãos do setor privado. O governo alegava em sua defesa que era impossível para um Estado endividado continuar mantendo tantas empresas, sendo que várias necessitavam de um profundo enxugamento visando a melhorar a produtividade e baixa de custos. Era assim mais vantajoso que estas fossem repassadas ao cuidado dos capitalistas (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 119).

O debate político sobre as privatizações no governo FHC teve como questão bastante relevante, o papel desempenhado pelo BNDES. O banco desde o início do programa de privatizações ficou responsável pela gestão do Programa Nacional de Desestatização (PND). Críticas pesadas surgiram devido a essa presença do banco, não tanto à respeito da gestão, mas principalmente quanto a presença ativa da instituição como prestador de recursos para grupos compradores, fossem eles,

bancos privados nacionais ou grupos empresariais nacionais e estrangeiros. O programa privatizante se utilizou desse expediente de forma significativa, o banco assim agiu ativamente emprestando recursos públicos para compra de estatais. As chamadas moedas podres compareceram com cerca de 22% no processo das privatizações federais no período, ou seja, quase um terço dos recursos das vendas não correspondia a moeda real (BELIEIRO JÚNIOR, 2007, p. 119-120).

O processo de privatização começou com a Light, geradora e distribuidora de energia elétrica. Os anos de 1995 e 1996 totalizaram 19 desestatizações gerando uma arrecadação de US\$ 5,1 bilhões. No ano de 1997 a privatização continuou com a venda da Companhia Vale do Rio Doce. O caso da mineradora foi o mais conturbado e sua venda teve o menor apoio político uma vez que era eficiente e a maior exportadora do país. Para realizar sua venda, o governo precisou vencer inúmeras ações judiciais. A partir de 1997, a privatização brasileira ganhou novas dimensões, pois anteriormente estava restrita praticamente a venda de empresas e participações incluídas no PND. Neste ano as privatizações no âmbito estadual foram intensificadas, contando com o apoio do BNDES. O ano de 1997 marcou também o início do processo de privatização do setor de telecomunicações. Foram licitadas concessões de telefonia móvel celular para três áreas do território nacional, no valor de US\$ 4 bilhões. A venda das empresas de telecomunicações de propriedade do governo tornou-se possível com a aprovação, em Julho de 97 da Lei Geral de Telecomunicações. Neste período setores muito importantes da economia como elétrico, de telecomunicações, financeiro, além de concessões na área de transportes, rodovias, saneamento, portos, entre outros foram total ou parcialmente transferidos para o setor privado. Em julho de 1998 o governo federal vendeu as 12 holdings, criadas a partir da cisão do Sistema Telebrás, representando a transferência à iniciativa privada, das Empresas de Telefonia Fixa e de Longa Distância, bem como das empresas de Telefonia Celular-Banda A. O total arrecadado com a venda dessas 12 empresas somou R\$ 22,057 bilhões e o ágio médio foi de 53,74% sobre o preço mínimo. Com a privatização da Malha Paulista encerrou-se uma fase importante da transferência dos serviços públicos à iniciativa privada. Foi arrecadada com a venda da última ferrovia federal a importância de US\$ 205,73 milhões. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreram 80 privatizações. O resultado financeiro foi de US\$ 60,1 bilhões em receitas e permitiram a transferência de US\$ 13,3 bilhões em dívidas (COSTA E SILVA, 2005, p. 30-32).

Podemos apontar assim que o processo de privatização no Brasil engloba 4 fases. Nas três primeiras fases não teve um papel crucial nas políticas de governo. Já durante o governo FHC ocorre o contraste com os momentos anteriores principalmente sob três aspectos: forma institucional, alcance e objetivos. A quarta fase então está diretamente associada com três fatores importantes: “redução no estoque da dívida que ocasiona uma redução nas despesas de juros, retomada do investimento em setores de infra-estrutura como transporte, telecomunicações e energia, atração de capitais externos de longo prazo para elevar o investimento produtivo (COSTA E SILVA, 2005, p. 28).

Também é necessário apontar que diferentemente das fases anteriores a condução do programa passou a ser priorizada e conduzida diretamente pela Presidência da República. Destaca-se ainda, que ao fracassar no controle da inflação, governos anteriores ficaram limitados na implantação de um processo de privatização mais ousado. Atingida a estabilização, o governo conseguiu obter apoio político e aprovar no Congresso emendas constitucionais que permitiriam o alcance da privatização em setores como telecomunicações, mineração e eletricidade. O aumento do investimento e eficiência das empresas privatizadas no período de 1991 a 1994 também gerou mais apoio político ao processo de desestatização (COSTA E SILVA, 2005, p. 28).

CAPÍTULO 2 – O TEMA DAS PRIVATIZAÇÕES NA REVISTA *VEJA* (1995 - 1998)

O trabalho de análise de leitura da Revista *Veja* no período compreendido entre os anos de 1995-1998 durante o Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso nos traz possibilidade de verificar seu posicionamento geral e também suas escolhas editoriais percebendo quais espaços do periódico são alocados para o trato do tema privatizações. Uma leitura geral permite desde já apontar que o tema em poucas edições do período não esteve presente na publicação, assim como no início do governo se deu ampla cobertura às reformas constitucionais encaminhadas pelo governo com reportagens de apoio mas também com aspecto de cobrança para que estas tivessem tramitação rápida no parlamento.

2.1 Um pouco de História e dos posicionamentos de *Veja*

Periódico de circulação semanal, *Veja* é uma revista lançada em São Paulo em 11 de setembro de 1968 pela Editora Abril. Era diretor e editor da Abril Vítor Civita, diretor de publicações, Roberto Civita, e Mino Carta, diretor de redação da revista. O seu modelo gráfico tem se mantido ao longo das últimas décadas e a pauta política tem recebido grande destaque, conseqüentemente a emissão de informação opinativa é característica do periódico em questão. A parte do seu editorial que na revista é denominado de “carta ao leitor” tornou-se um espaço para veiculação de ideias políticas (VELASQUEZ E KUSHNIR, 2010).

O surgimento da revista *Veja* ocorre no ano de 1968. A primeira edição data de 11 de setembro. O periódico semanal da Editora Abril já nasceu em meio a ditadura militar e às vésperas do seu período mais conturbado. *Veja*, conforme seu primeiro editorial, deixa claro sua intenção de ser a

revista semanal de informação para todos os brasileiros, colocando assim como missão unir o território nacional (MORAIS, 2013, p. 4).

O processo de fomento da *Veja* recebeu o nome de projeto Falcão. Incluiu a realização de 14 números zero, como publicações piloto para teste visando alcançar o modelo desejado. Cabe ressaltar que o periódico sempre teve como seu público alvo majoritariamente às classes médias da sociedade brasileira. Teve seu projeto iniciado ainda 1959 e se enquadra no contexto do fortalecimento do setor industrial brasileiro, bem como a implantação definitiva do capitalismo como aponta (VILLALTA, 2012, p. 12):

A revista *Veja*, amparada em pelas concepções técnicas, mercadológicas e conceituais dos modernos modelos de revistas de informação Time e Nesweek e, internamente, por um quadro de profissionais intelectuais capacitados e um knowhow tecnicamente eficaz, captou rapidamente que, para angariar uma parcela maior de receptores dentro dos setores médios da sociedade brasileira, era preciso estar a par das novidades tecnológicas do período áureo da modernização, que no Brasil estava sendo importado pelas empresas de comunicação, ou nos modelos de jornalismo norte-americanos ou na tecnologia que consolidou a TV. Isto é, era preciso responder às aspirações de seu público a partir de algum modelo de representação.

A publicação da Editora Abril situou-se no contexto da organização capitalista da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil através da implantação definitiva do capitalismo.

Na década de 1970, *Veja* tornou-se o semanário nacional mais importante, com tiragens que alcançaram cerca de trezentos mil exemplares no fim da década, mantendo sempre como carro-chefe de sua pauta o noticiário político. Ao longo dos anos 1980, à medida que se acelerava o processo de transição democrática no país, *Veja* ampliou sua liderança no mercado editorial, alcançando uma tiragem de cerca de quinhentos mil exemplares já em 1981, e atingindo edições com mais de um milhão de exemplares em alguns momentos dos anos seguintes. Os acontecimentos políticos, como as eleições e as grandes mobilizações populares, e também as reviravoltas da política econômica impulsionaram essa expansão. A cada novo plano econômico edições especiais explicando as medidas para a opinião pública insegura alcançavam tiragens recordes. O crescimento da demanda por informações na vigência

do sistema democrático e a tendência monopolística do setor jornalístico no Brasil formaram o pano de fundo desse processo (VELASQUEZ E KUSHNIR, 2010).

A atuação de *Veja* nos anos 1990 ficaria marcada primeiramente quando em 1992 em uma série de reportagens publicadas deu início a um processo de investigação jornalística que culminou no impedimento do presidente da República. A partir da edição de 13 de maio, a revista começou a publicar o conteúdo de um dossiê organizado por Pedro Collor, irmão do presidente, em que eram denunciadas as atividades ilícitas de Paulo César Farias, o PC, tesoureiro de campanha de Fernando Collor. Mais impactante, no entanto seria a veiculação na edição de 27 de maio de uma entrevista na qual Pedro Collor denunciava o esquema de favorecimento de empresários e de corrupção de funcionários públicos comandado por PC, levantando a possibilidade da conivência do irmão presidente (VELASQUEZ E KUSHNIR, 2010).

Também a atuação de *veja* se destacou com o início da chamada era FHC. O periódico deu ampla cobertura, inclusive entrando na onda de “euforia” quando vislumbrava na sua visão avanços principalmente na área econômica:

Em março de 1994, anunciou-se o Plano FHC II, mais tarde chamado Plano Real, com o qual, pela introdução de um novo indexador, a Unidade Real de Valor (URV), se promoveu a transição para uma moeda estável — o real — ancorada no câmbio através da paridade com o dólar. A revista cobriu o novo plano com um olho no aumento exagerado dos preços sob a vigência da URV e outro na candidatura do ministro da Fazenda responsável pelo plano, Fernando Henrique Cardoso, à presidência da República. Ao longo do ano *Veja* deu destaque aos desdobramentos tanto do plano econômico que introduziu o real quanto à campanha presidencial, temas aliás conexos, pois a propaganda do sucesso do plano foi a principal bandeira da campanha de Fernando Henrique, que sairia vitorioso já no primeiro turno da eleição. No fim de 1994, eleito Fernando Henrique Cardoso, a tônica de *Veja* era de euforia e de otimismo diante da estabilidade econômica. Em 26 de outubro, uma reportagem com chamada na capa contrastava o Plano Real, bem-sucedido, com seu “avesso”, o Plano Cruzado. Em 16 de novembro, o mesmo Itamar, antes tão criticado, foi avaliado como o “presidente que deixou o Brasil melhor”. O Natal foi saudado, em 30 de novembro, como “O Natal gordo dos importados”, diante da abertura econômica. E o balanço de fim de ano, em 28 de dezembro, arrematou essa fase de euforia com a manchete: “Eta ano bom” (VELASQUEZ E KUSHNIR, 2010).

Mesmo com o surgimento de escândalos no governo no final do ano se 1995, *Veja* não viria a alterar seu tom de cobertura jornalística. Um desses escândalos envolveu o Banco Econômico, falido e sob intervenção, onde foram encontrados documentos provando esquemas de financiamento de campanhas eleitorais (no que ficou conhecido como escândalo da “Pasta rosa”). O outro escândalo envolveu o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), alvo de denúncias de favorecimento a empresas estrangeiras e de superfaturamento na instalação de caríssimo esquema de radares aéreos e monitoramento por satélite. O empenho em apurar tais escândalos nem de longe se assemelhava com o antes demonstrado, na apuração das denúncias de Pedro Collor e de José Carlos dos Santos. “A edição de fim de ano da revista, em 27 de dezembro, noticiou-os em espaço reduzido, com uma “Carta ao leitor” que trazia apenas um cartão com os votos de “Bom Natal e Feliz Ano-Novo”(VELASQUEZ E KUSHNIR, 2010).

No ano 1996, centrado na estabilidade do real, o apoio ao governo seria mantido por *Veja*. Uma edição dupla de Natal e de Ano Novo em 25 de dezembro mostraria na capa uma charge de Fernando Henrique vestido de Papai Noel e carregando um saco de presentes em forma de mapa do Brasil. Com o título de os “Os redimidos do real” se explicava como “os párias da inflação estão sendo resgatados”. A tônica na defesa do governo Fernando Henrique foi reafirmado naquele ano e no seguinte pela defesa, através de editoriais e artigos, das privatizações de empresas públicas e das reformas constitucionais: reformas administrativa, da Previdência, e o fim dos monopólios estatais em áreas estratégicas da economia (VELASQUEZ E KUSHNIR, 2010).

Entre 1968 e 1970, *Veja* consolidou um modelo de apresentação gráfica e de distribuição das matérias e seções pela revista que se mantém até os dias atuais. No início, a revista contava na abertura com uma agenda cultural e seu editorial era chamado de “Carta do editor”. Posteriormente o periódico foi adotando a apresentação que se tornou tradicional. A abertura contando com uma entrevista impressa em páginas amarelas. Na sequência, seções de humor, destaques da semana, cartas, editorial e uma grande matéria de resumo da semana, normalmente de pauta política. Em suas últimas páginas a abordagem é voltada a aos temas culturais: cinema, livros, música etc. No fechamento da revista, apresenta uma página de opinião assinada. Em toda a publicação a partir dos anos 1980 o espaço para publicidade se tornou cada vez maior, passando ocupar cerca de 2/3 da revista. *Veja* acabou por virar

o principal veículo de divulgação escrita de produtos junto a um público leitor e consumidor de classe média e alta, tendo papel fundamental na formação de um “leitor médio” brasileiro, visto como consumidor de um produto editorial de valor comercial (VELASQUEZ E KUSHNIR, 2010).

O editorial da *Veja* é chamado atualmente de carta ao leitor. Recebe essa denominação pela revista na tentativa permanente de descaracterizar o texto como um posicionamento político. O editorial sofreu alterações ao longo do tempo com realocação para locais que estimulassem sua leitura. No final dos anos 80, era de difícil localização, sendo encontrado às vezes depois da trigésima página. A partir de início dos anos 2000 o texto passou a ser o primeiro da revista, tendo ao lado o índice. Sempre foi escrito pelo diretor de redação, somente ocasiões excepcionais pelo presidente do grupo abril quando é chamado de carta ao editor (SILVA, 2005, p. 82-83).

Quanto ao conteúdo desses editoriais entre os anos de 1989 a 2002, período que engloba nosso período de pesquisa (1995-1998) em geral se destaca quanto a questão política e econômica:

Aqui são tratadas questões relacionadas à política econômica, os pacotes, as crises, as recessões, a inflação, enfim, tudo o que diga respeito à economia nacional e suas relações governamentais. Trata-se em grande medida de cobranças feitas ao governo sobre medidas tomadas, e também com relação ao Congresso Nacional. Os temas desses editoriais muitas vezes se confundem entre si, pois misturam as questões políticas e econômicas (SILVA, 2005, p. 85).

Como verificamos há um posicionamento geral favorável de *Veja* sobre as práticas e econômicas e políticas no primeiro Governo FHC que se encaminharam no sentido de dar mais liberdade de mercado e menor intervenção estatal nos rumos da economia. Como vimos, trata-se de um período de efetivas mudanças estruturais que afetaram toda a sociedade brasileira. Essas alterações se enquadraram em uma conjuntura internacional que teve início primordialmente no final dos anos 1980, com a chamada onda neoliberal e a globalização econômica.

Mas o que pode explicar esse posicionamento de *Veja*? Para a historiadora Carla Luciana Souza da Silva, o programa que a revista defendeu é o do próprio sistema sócio-metabólico do capital.

A autora aponta os anos 1990 como período de consolidação dessa tendência, onde sobressai o setor financeiro do capital, nos parâmetros neoliberais.

Analisamos as construções discursivas de *Veja* acerca da “nova ordem”, percebendo que a “fumaça da globalização” serve para desistoricizar o processo, que aparece como inexorável e portador do “moderno”. Existe uma ação sistemática que busca convencer em torno da inevitabilidade e acerto dessa opção (SILVA, 2007, p. 4).

Para Silva, a ação da revista é também no sentido gerencial, quando indica caminhos e mostra modelos de exaltação da própria ordem do capital e suas personificações e empresas. A reestruturação produtiva aparece como uma inevitabilidade. Para tanto, as medidas que defende precisam levar em conta o enfrentamento também dos inevitáveis riscos do sistema, como as crises, política externa entre outros.

Por isso *Veja* articula seu discurso apologético com as formas com que propõe o “novo homem”, o “novo trabalhador”, que deve apenas “adaptar-se” às mudanças que aparecem como naturais.

Os porta-vozes do neoliberalismo são privilegiados, com o sentido de gerenciar o capital. A análise busca um amarramento que está em sintonia com a construção política desse processo, reforçando que a construção do consenso se deu na prática e nas suas contradições. Ao longo de toda a década, a cada embate político e revés econômico, há novas reportagens, novas entrevistas, novas busca de convencimento, que se completam com o quadro político em análise, sempre buscando consolidar a visão do capital (SILVA, 2007, p. 4).

Na posição defendida por *Veja*, a globalização é entendida como um fenômeno natural, não levando em conta que tal processo possa ser fruto de opções tomadas com relação ao sistema econômico e político, tanto em nível local como mundial. “Há um duplo movimento: no sentido de reprodução material do capital, no estabelecimento de consenso em torno de tudo que envolva esse processo, buscando destruir, relegar ao esquecimento ou desqualificar toda e qualquer contestação e ideias discordantes” (SILVA, 2007, p. 4).

Como veremos mais adiante, uma das justificativas para início de processos de privatizações é a crise do Estado que não possuindo recursos para manutenção e modernização de estatais procura passar tais empresas a iniciativa privada. Para Silva essa suposta falência do Estado é usada por *Veja* como justificativa, caminhando no sentido que tais medidas de desestatização não seriam uma ideologia, mas sim uma ação necessária natural devido justamente a situação financeira desse Estado. A autora complementa:

Trata-se da supremacia do grande capital, que impõe como decorrência direta a necessidade de privatização para assegurar divisas a serem repatriadas. *Veja* sugere que o dinheiro está pronto para entrar no país e oculta a massa de saída de recursos, que é o intuito efetivo do tal “capital volátil”, justificando sua posição pela suposta ineficácia do Estado (SILVA, 2007, p. 5-6).

2.2 As reformas constitucionais em *Veja*

Entendemos ser oportuno tratar além das privatizações em *Veja*, abordar como a tramitação das reformas constitucionais no Congresso foi tratado pelo periódico. Até porque as privatizações ou mesmo aberturas ao capital privado em diversos setores dependiam da aprovação dessas reformas. É interessante como ponto de partida em nossas análises voltar um breve olhar a primeira edição de *Veja* do ano de 1995, caracterizada assim, também como o primeiro exemplar do periódico impresso no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Não se vislumbra na edição a presença do termo privatizações. A edição de 04 de janeiro publica, no entanto, na última página de número 106, a coluna “Ponto de Vista”. O texto assinado por Roberto Civita, proprietário da editora e pioneiro da revista traz o título: “Desta Vez, Vamos! No espaço o autor faz referência ao sucesso do Plano Real. Fato esse aliado a vitória de seu “idealizador” nas eleições presidenciais, faria com que o país entrasse numa nova era com chances e perspectivas ainda não vislumbradas. Embora o termo privatização não esteja

presente no artigo, há referências à defesa do processo de desestatização. O autor afirma que é primeiramente preciso reformar e sanear as estruturas arcaicas e ineficientes do Estado. Enfatiza também que a função primordial dos Estados não é a de desenvolver os países, mas sim, criar condições para que o desenvolvimento aconteça. Civita deixa clara sua visão: a função dos governos, não é de produzir aço, petróleo, operar satélites ou exportar minério. "Precisam concentrar seu tempo e esforços na melhoria das infraestruturas, no fornecimento de serviços essenciais como saúde e educação, e no papel de igualizador de oportunidades, árbitro, regulamentador e fiscalizador que só eles podem desempenhar". O autor conclui que o caminho para o país entrar na globalização econômica, questão esta que Civita aponta FHC ser sensível, passaria necessariamente pelas reformas constitucionais imprescindíveis para a modernização do país¹.

Durante todo o mandato, mas em especial no início, o tema reformas constitucionais (previdência, administrativa e tributária) ganha grande destaque em *Veja*, muitas vezes assumindo o tom de cobrança, como na edição de 15 de fevereiro de 1995. Na seção Economia & Negócios é afirmado que o governo queria mudar a constituição, mas não conseguia definir claramente suas propostas e que essa indefinição já estaria gerando irritação no congresso². A edição de 22 de fevereiro de 1995 traz uma reportagem intitulada "O Congresso diz sim", que busca mostrar a boa recepção no parlamento das reformas pretendidas pelo governo, chegando a afirmar que a maioria dos parlamentares eram favoráveis porque a Constituição havia se tornado um obstáculo ao desenvolvimento do país. No texto, o que mais nos interessa é a menção às reformas quando trata a questão da quebra dos monopólios estatais do petróleo, telecomunicações, transporte e energia. Medidas essas de abertura do mercado para injeção de recursos estrangeiros e mesmo processos de privatização. O texto passa assim a ideia que as referidas propostas têm apoio da maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, inclusive mostrando pesquisas realizadas entre os parlamentares. A aprovação das medidas eram consideradas fundamentais para melhorar o desempenho do governo³.

Entre final de maio e meados de junho de 1995, *Veja* daria destaque a votação de reformas no congresso, onde algumas lograram aprovação. A cobertura culminaria com um editorial na edição de

¹ CIVITA, Roberto. Desta vez, vamos! *Veja*, nº 1373, 04 jan. 1995, p. 106.

² ECONOMIA & NEGÓCIOS. Sem saber aonde ir. *Veja*, nº 1379, 15 fev. 1995, p. 92-93.

³ BRASIL. O congresso diz sim. *Veja*, nº 1380, 22 fev. 1995, p. 28-29.

14 de junho. O texto assume tom de celebração, fazendo coro a declaração de FHC de dias antes quando o presidente afirmou que o país estaria virando uma página de sua História, com a quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações. Estaria a partir de então superado o modelo de desenvolvimento nacionalista implantado por Getúlio Vargas. O texto aponta ainda que estas mudanças são coerentes com o novo modelo de “estabilidade econômica, de abertura do país à competição internacional, da saída do Estado de setores inteiros da vida nacional”⁴.

Na coluna “Ponto de Vista” da edição de 03 de janeiro de 1996, em artigo com o título: “No caminho certo”, Civita voltaria a carga. Destacou que o governo avançou mantendo a estabilidade na economia e conseguindo aprovar as reformas durante o ano de 1995 que eliminaram os monopólios estatais e a discriminação do capital estrangeiro. Cabendo ao governo em 1996 dar prosseguimento, buscando aprovar a reforma tributária, previdenciária e administrativa⁵.

O tom de *Veja* sobre essas reformas subiria novamente na edição de 15 de maio de 1996. Em matéria na seção “Governo” o semanário afirma que chegou a hora da verdade em relação às reformas. No texto a cobrança é clara, “o governo parece que depois de pequenos avanços passa na sequência por longos períodos de improdutividade”. Tal atitude segundo a reportagem acabaria por gerar desconfiças entre empresários e no próprio mercado financeiro, passando a impressão de que o governo “não esteja lá muito interessado em fazer aprovar as reformas”. Na parte das reformas que mais nos interessa, na sequência da mesma matéria são apontados os problemas que precisavam ser superados. Na questão das estatais é citado o setor de telecomunicações e energia. Segundo *Veja*, as empresas públicas não possuem recursos necessários para investir. Esse fato deixava o país com um dos piores serviços de telefonia na América Latina, e mesmo o governo propondo a privatização e quebra de monopólios, o processo estaria enroscado em leis complementares.⁶

No entendimento de *Veja*, até o projeto de reeleição presidencial proposta por FHC veio atrapalhar as reformas. No seu editorial que leva o nome de “Carta ao leitor” na edição de 29 de janeiro de 1997 a crítica é explícita e o rumo a tomar é claro: “É no interesse da nação que se aprove a

⁴ CARTA AO LEITOR. O futuro e a pagina virada da História. *Veja*, nº 1396, 14 jun. 1995, p. 29

⁵ CIVITA, Roberto. No caminho Certo. *Veja*, nº 1425, 03 jan. 1996, p. 102.

⁶ OINEGUE, Eduardo. Reformas na hora da verdade. *Veja*, nº 1444, 15 mai. 1996, p. 28-31.

emenda o quanto antes, para voltar a tarefa igualmente urgente de reformular as nossas estruturas e dar continuidade ao desenvolvimento do país⁷.

2.3 *Veja* e as privatizações

A cobertura mais expressiva de *Veja* sobre as privatizações no primeiro Governo FHC iria começar na edição 15 de março de 1995, com uma reportagem sobre a Vale do Rio Doce. O texto aponta que a mineradora entrou na lista de estatais a ser privatizada como uma espécie de compensação para agradar ao mercado financeiro frustrado com as alterações feitas na política de câmbio, em meio a crise no México e na Argentina. A matéria faz especulação de quando e como a privatização seria realizada e quanto a mineradora valeria, afirmando que apesar das boas intenções do presidente, respostas a essas questões ainda não eram possíveis. O texto aponta ainda que a Vale era considerada a mais eficiente das 136 estatais ainda nas mãos do governo, sendo apontada como “a joia mais rica da coroa do estatismo brasileiro” É ainda mencionado no texto que a mineradora desperta o interesse de diversos grupos sendo a maior chance de uma grande venda do governo no ano, uma vez que vender a Petrobrás estaria fora de qualquer cogitação devido às complicações constitucionais e pela complexidade do processo de venda. Apesar dos elogios a empresa, a matéria é encerrada destacando que o governo em anos anteriores precisou injetar cerca de 190 milhões de dólares na empresa a título de aporte de capital para manter seu controle acionário. O texto relaciona então: “Se isso acontece na melhor estatal brasileira, imagine a soma que a União perde com as outras 135, que são piores que ela”⁸.

A edição 10 de maio de 1995 destacaria que o governo almejava acelerar o processo de privatização e estaria oferecendo as melhores empresas. Entre junho e dezembro, 17 estatais iriam à venda, incluindo quatro empresas do setor elétrico até 1998, além da Vale do Rio Doce, com previsão

⁷ CARTA AO LEITOR. Hora de fechar o bazar. *Veja*, nº 1480, 29 jan. 1997, p. 7.

⁸ BRASIL. A Vale vai de troco. *Veja*, nº 1383, 15 mar. 1995, p. 43.

de venda no início de 1996. Algo que como veremos adiante iria acontecer somente em maio de 1997. O texto cita assim que com esse movimento de desestatização, o governo sairia do seu “marasmo no terreno das privatizações”. Destaca que essas medidas seriam vitais para a estabilização econômica, além disso apagaria “a impressão de que o ninho tucano hesitava diante da venda de estatais com medo de críticas do bloco da esquerda”. O artigo faz referência ainda a demissão da diretoria da Petrobrás da época de José Machado Sobrinho, devido ao mesmo ter publicado artigo na imprensa com críticas ao programa de privatizações. Ressalta que em reunião em março daquele ano com dirigentes de estatais, o presidente Fernando Henrique teria alertado que não aceitaria a ação de funcionários públicos contra programas do governo. Para sobrinho o governo estaria fazendo lavagem cerebral na opinião pública para assim desmerecer a importância das estatais. Categoricamente a reportagem rebate: “O que sobrinho se esqueceu de dizer no seu artigo é que o governo não tem dinheiro para escolas, hospitais, polícia e justiça porque gasta com estatais deficitárias - e nada recebe das que são lucrativas”⁹.

O próprio ritmo das privatizações era pauta de *Veja*. A edição de 19 de julho de 1995 na seção Economia & Negócios apontava que as privatizações entravam numa nova fase. Agora a venda atingia uma setor que interfere diretamente na vida das pessoas, o chamado setor elétrico. A venda da estatal segundo aponta o texto, marcou também a estreia de FHC no mundo das privatizações. A primeira empresa do setor vendida foi a Escelsa, distribuidora de energia elétrica com atuação no estado do Espírito Santo, arrematada por 358 milhões de dólares. Aqui aparece pela primeira vez o que viria a ser um gargalo e um motivo de questionamento do modelo de privatização de FHC. As chamadas moedas podres. A metade companhia capixaba foi adquirida com recursos deste tipo. Na verdade as moedas podres eram recibos de dívida da união. A matéria aponta que esses títulos teriam pouco valor na praça financeira, mas era necessário que o governo em algum tempo fizesse sua quitação. Então o texto busca mostrar que mesmo vender estatais recebendo como pagamento essas moedas podres ainda seria uma transação vantajosa ao governo. Atribui na verdade, mérito ao governo no processo de privatização vislumbrando o alívio da pressão das estatais sobre os cofres públicos. “Com as vendas, o governo conseguiu repassar 3,2 bilhões de dólares em dívidas para o setor privado. Além disso, poupou dinheiro que teria que investir nessas empresas”. Quanto ao ritmo das privatizações

⁹ BRASIL. Uma oferta de Bilhões. *Veja*, nº 1390, 03 mai. 1995, p. 36-37.

o texto cita uma certa cobrança do presidente do PFL, partido aliado ao governo, Jorge Borhausem para quem as privatizações têm sido lentas e que processo poderia ser mais ágil. O texto no entanto cita que no caso da Escelsa toda vez que o pregão foi adiado seu preço aumentou e o Tesouro saiu ganhando. “E toda vez que se tentou vender estatais rápido surgiram denúncias de maracutaia”. Na sequência o texto faz um amplo relato das estatais e setores que estavam na fila para serem vendidas, com destaque para a Light companhia elétrica carioca. A matéria terminaria mostrando mais otimismo afirmando que a iniciativa privada iria injetar recursos nas companhias elétricas adquiridas gerando uma ampliação nas redes de distribuição. É afirmado ainda, que as privatizações das companhias energéticas iriam abrir o apetite dos investidores e que estes sabiam que o melhor pedaço ainda está por vir. “O setor de telecomunicações deverá ser aberto para a iniciativa privada, e a Vale do Rio Doce, a rainha das estatais brasileiras, avaliada em 11 bilhões de dólares, pode ter seu processo de privatização iniciado no ano que vem”¹⁰.

O questionamento citado acima sobre a lentidão das privatizações não ficaria sem resposta. A própria *Veja* lançaria mão desse expediente. Na coluna “Radar” de 26 de julho procura mostrar que as privatizações estão no ritmo e embora se verifiquem questionamento do PFL, na comparação com o resto do mundo as desestatização brasileira não era tão lenta assim. O texto traz exemplos de outros países e afirma que sem contar o leste europeu onde a venda de estatais se deu a “a preço de banana e aos montões” no restante do mundo o processo era mesmo demorado¹¹. A mesma coluna de 09 de agosto de 1995 alardeava que as privatizações estavam em alta. Aponta que somente em cinco meses, desde fevereiro com a lei de concessões, “já estão sendo tocadas em todo país seis novas usinas hidrelétricas sob o comando dos capitais privados”. Seriam investidos 2,1 bilhões e a capacidade de geração de energia seria aumentada em 6%, quando os projetos estivessem concluídos¹².

Mostrar exemplos de empresas privatizadas também era pauta de *Veja*. A seção “Economia & Negócios” de 30 de agosto de 1995, destacaria que a Usiminas fora escolhida pelo anuário *Melhores e Maiores* do ano na Revista *Exame*, como a melhor empresa do ano de 1994. Seu lucro de 423 milhões de dólares, aponta o texto, foi seis vezes maior que em 1991, ano da privatização. Ressalta que 140

¹⁰ ECONOMIA & NEGÓCIOS. Uma força a mais na privatização. *Veja*, nº 1401, 19 jul. 1995, p. 86-87.

¹¹ GOIS, Ancelmo. Privatizações no ritmo. *Veja*, nº 1402, 26 jul. 1995, p. 41.

¹² GOIS, Ancelmo. Privatizações em alta. *Veja*, nº 1404, 09 ago. 1995, p. 45.

milhões desse lucro foi dividido entre acionistas e os próprios funcionários. Rinaldo Campos Soares, presidente da siderúrgica mineira afirma: “A privatização foi boa para o país e melhor ainda para a Usiminas”¹³.

Reconhecer avanços, mas estar sempre cobrando atrasos no seu entendimento ou mesmo mesmo elogiando sem deixar de cutucar o governo. Essa foi a forma de *Veja* tratar as privatizações no governo FHC. Vem a corroborar com isso texto na edição de 20 de setembro de 1995 que começa elogiando e cutucando: “O programa de privatização do governo federal, que dá dois passos para frente e um para trás, movimentou-se um pouco na semana passada”. A referência era a um acordo entre Furnas, uma estatal do setor elétrico e o Banco Nacional que permitiu no Rio de Janeiro a concessão de uma obra do setor elétrico para a iniciativa privada. O argumento central do periódico que aparece também nesta matéria sempre na defesa de concessões e privatizações era a falta de recursos do governo e condição precária das estatais para investimentos para melhorar seus serviços. Esse texto em específico relata disputas entre PSDB e PFL para assumir privatizações de usinas paradas. Com a venda voltariam a operar, o que geraria dividendos políticos aos partidos interior do país a fora. José Sarney é citado na matéria como contrário a privatização da Vale do Rio Doce, para quem a estatal era uma agência de desenvolvimento econômico e social. Trata-se de um argumento muito usado por contrários a desestatização, que classifica certas empresas estatais como estratégicas para o país. O final da matéria, no entanto, em afirmação de Edmar Bacha, presidente do BNDES, não deixa por menos: “O setor siderúrgico também era estratégico e foi privatizado. E hoje as siderúrgicas estão muito melhores. Com a Vale vai acontecer a mesma coisa”¹⁴.

A discussão sobre o uso de títulos da dívida pública, as chamadas moedas podres, iria reaparecer na revista em na edição de 11 de outubro de 1995. Dentro do próprio governo não havia consenso sobre a questão. O ministro da economia Pedro Malan acabara de certo ponto se engalfinhando com José Serra, Ministro do Planejamento. O primeiro favorável e o segundo contrário a aceitação desse tipo de pagamento em leilões de estatais divergiram publicamente. Pendia a favor de Malan, segundo *Veja*, que aceitar as moedas podres trabalhava a favor da estabilização da economia e

¹³ ECONOMIA & NEGÓCIOS. Deu Usiminas. *Veja*, nº 1407, 30 ago. 1995, p. 99.

¹⁴ ECONOMIA & NEGÓCIOS. Passo a frente. *Veja*, nº 1410, 20 set. 1995, p. 95.

o equilíbrio das contas externas com redução da dívida pública o que diminuiria o chamado “risco Brasil”. Outro argumento é que aceitar pagamentos com títulos da dívida mostraria ao mercado o interesse do governo em aumentar a velocidade das privatizações. O texto destaca que dos 9,3 bilhões arrecadados com venda de estatais apenas 1,8 chegaram em forma de dinheiro. Países como Argentina e México venderam suas principais estatais exigindo 75% de pagamento em dinheiro segundo o texto. Era nesse sentido que caminhava o argumento de Serra: “Não Precisamos ser os únicos a aceitar uma forma de pagamento que ninguém quer”¹⁵.

O tema privatizações em *Veja* no ano de 1995, seria encerrado com grande reportagem na edição de 06 de dezembro voltada ao setor de telecomunicações. Na matéria com o título: “O telefone faz o mundo encolher” o periódico mostrava as perspectivas para o setor de telefonia no Brasil, desde que o governo coloque em prática suas medidas de abertura do setor ao capital privado. O texto cita que o governo prevê um investimento de 75 bilhões de dólares em oito anos e que grande parte destes recursos viriam da iniciativa privada. Além de estar previsto a privatização das 27 companhias telefônicas estaduais. Para *Veja*, se o governo garantisse condições atraentes a entrada do setor privado, este entraria na concorrência. “Caso contrário, o Brasil corre o risco de continuar atrasado num setor considerado decisivo nessa virada do milênio”. Nesse sentido, o texto apontava que a situação no setor que se vivia na época era desolador e a estatal responsável pelo setor é classificada como “paleolítica”, por não ter conseguido instalar o mínimo de linhas convencionais de acordo com a necessidade da população. O texto termina mostrando exemplos de pessoas na fila para adquirir uma linha telefônica e também faz referência ao telefone celular como uma grande novidade surgida no final do século XX¹⁶.

A primeira edição ano de 1996 de *Veja* traz a coluna “Ponto de vista” assinada por Roberto Civita. No texto o autor cita que o país passou a ter um governo sério e confiável e que o Brasil assim estaria no mesmo caminho acertando passo com o resto do mundo. No entanto isso não significa que não existam problemas na visão do autor. Dando devido desconto, por ser um governo no seu primeiro ano, como já mencionado, as cobranças em relação às reformas são fortes. Na sequência Civita faz um lista das prioridades para o ano de 1996. As privatizações aparecem em primeiro lugar: “Acelerar o

¹⁵ ECONOMIA & NEGÓCIOS. Torre de babel. *Veja*, nº 1413, 11 out. 1995, p. 106-107.

¹⁶ ECONOMIA & NEGÓCIOS. O telefone faz o mundo encolher. *Veja*, nº 1421, 06 dez. 1995, p. 116-120.

processo de privatização, que ficou praticamente parado no ano em 1995, e definir as regras do jogo regulatório correspondente”¹⁷.

Neste mesmo mês de janeiro, na edição do dia 17, a revista traria um longa entrevista com o presidente, e as privatizações ocupariam bons trechos da conversa, inclusive com um encarte a parte para tratar do tema. As perguntas quase que em sua totalidade são direcionadas no sentido de questionar o ritmo das privatizações e implantação de mecanismos para que o processo avance com mais agilidade¹⁸. Abaixo imagem do encarte com perguntas sobre privatização:

Figura 1- Encarte com entrevista com FHC

PRIVATIZAÇÃO

“Ou você prepara o Estado, ou não tem como privatizar no serviço público”

VEJA — Por que a privatização parou?
FHC — Simplesmente porque acabou a fase fácil da privatização. É simples vender siderúrgicas ou petroquímicas. Por quê? Porque não são empresas prestadoras de serviços públicos. Houve certa reação, mas as empresas foram leiloadas. Agora o processo entra na área dos serviços públicos. Aí, ou você prepara o Estado para preservar alguns interesses, ou não tem como privatizar.

VEJA — Que interesses são esses?
FHC — São os interesses do cidadão, do consumidor, do contribuinte e do próprio Estado. Trata-se de criar as condições de funcionamento de uma economia que não é estatizada mas tem um Estado que protege a sociedade. Vou dar um exemplo. Vamos privatizar a Light, mas não conseguimos separar a Light da Eletropaulo. A Light é dona de 49% das ações da Ele-

tropaulo. Se eu privatizo a Light dessa forma, estou dando um dinheirão para quem comprar, pois hoje a Eletropaulo não vale nada, mas amanhã vai valer.

VEJA — É por que não separa?
FHC — Houve uma liminar de um juiz que proibiu a assembléia que autorizaria a separação das empresas. Como a avaliação do preço da empresa vale apenas por trinta dias, tem de ser feita uma nova avaliação da Light. O governo tem também hidrelétricas que estavam com obras paradas e foram concedidas a empresas privadas.

VEJA — A construção é feita por empresas privadas?
FHC — Algumas obras avançam, como

¹⁷ CIVITA, Roberto. No caminho Certo. *Veja*, nº 1425, 03 jan. 1996, p. 102.

¹⁸ LEITE, Paulo Moreira; ALVARENGA, Tales. “o Brasil está no rumo”. *Veja*, nº 1427, 17 jan. 1996, p. 20-27.

Igarapava (MG), Itá (SC) e Serra da Mesa (GO). As empresas fazem a construção e vão explorar os serviços. Agora, é difícil privatizar complexos grandes como Furnas ou a Chesf. Como é que se vende isso se não existe um órgão regulador do sistema energético? Estamos falando de bilhões de dólares. O investidor não vai colocar esse dinheiro todo sem saber qual a regra do jogo. Qual é o sistema de definição da tarifa, qual vai ser a tarifa?

VEJA — *É preciso criar novos órgãos públicos?*

FHC — Sem dúvida. A reforma do Estado precisa criar novos organismos para executar as políticas públicas. O Conselho Nacional do Petróleo acabou

porque a Petrobrás passou a ser o braço do Estado para fazer a política do petróleo, e no fim acabou sendo o braço dela mesma. Você tem, então, de construir uma autoridade que não seja gestora do setor, mas apenas reguladora e fiscalizadora.

VEJA — *Esses órgãos existem na Inglaterra?*

FHC — Aqui também vai haver. A Inglaterra levou dez anos fazendo isso, não é fácil. O que é lento é a reestruturação do Estado. Poderia ser mais rápido? Talvez poderia. Com os recursos de que eu disponho, não.

VEJA — *Então, faltam recursos para a privatização?*

FHC — Faltam recursos para tudo. Eu tenho interesse pessoal e intelectual no setor energético porque sou autor no Senado da lei de concessões. Vira e mexe eu falo com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, um bom ministro, sobre essa matéria. A criação dos órgãos reguladores depende de leis. Já está feito o projeto do Conselho do Petróleo, que deve chegar em breve ao Congresso.

VEJA — *Em que setores avança a privatização?*

FHC — O número de portos privados que já estão funcionando no país é grande. Entre as estradas, também privatizamos a Dutra e a Juiz de Fora—Rio de Janeiro.

Fonte: Revista *Veja* nº 1427, p. 26-27, 17 de jan. de 1996.

Durante grande parte do ano de 1996 a questão privatizações em *Veja* estava voltada principalmente para a mineradora Vale do Rio Doce. Já em fevereiro reportagem mostrava que a descoberta de ouro no Estado do Pará poderia atrasar a venda da estatal. No texto se percebe preocupação de que a descoberta inviabilizaria a venda da empresa. Deixa claro que sem a venda da Vale, o programa de privatização do governo deixaria de ser pra valer, já que a mineradora era a maior estrela. A reportagem mostra que houve um recuo substancial no governo em levar adiante de imediato a venda da Vale devido a descoberta do ouro. Fazia-se cálculos de que a descoberta poderia aumentar o valor da empresa em 2 bilhões de dólares, considerando uma possível quantidade de ouro produzida. Aqui novamente *Veja* rebate o argumento do próprio governo afirmando que os esses cálculos eram demasiadamente otimistas, tentando inclusive mostrar conhecimento do mundo da mineração, a matéria afirma: “Esse valor é uma simples multiplicação do tamanho da jazida, 150 toneladas, pela cotação da grama de ouro no mercado internacional. No mundo da mineração, a conta não passa de uma estimativa apressada e grosseira”. O texto ainda afirma que a jazida era subterrânea e o custo da exploração iria requerer grande investimento¹⁹. A edição de 21 de fevereiro nova reportagem sobre a

¹⁹ FILHO. Expedito. Areia na privatização. *Veja*, nº 1430, 07 fev. 1996, p. 32-33.

Vale, mostrando os diversos obstáculos para a privatização da mineradora. Dessa vez envolvendo uma possível fraude na manipulação de ações da mineradora. O texto cita ainda outros percalços no caminho para venda da estatal sugerindo que grande parte do problema parte de pessoas querendo tumultuar o processo. O final da matéria assume tom mais ameno, afirmando que é normal que processo de privatização cause discussões e polêmicas ainda mais se tratando na Vale do Rio Doce. Conclui que o governo não tem obrigação de vender a estatal, já que é uma boa empresa que não pesa sobre os cofres públicos podendo permanecer como estatal. A questão, no entanto, é que a mineradora constava no programa oficial de privatização havendo investidores gastando dinheiro para entrar no processo de venda. “Não é bom sinal que o governo permaneça em cima do muro, hesitante sobre a vantagem ou desvantagem de vender a Vale”²⁰. A disputa em torno na Vale prosseguia. Na edição de 03 de abril de 1996, a coluna “Radar” apontava mais um problema. Dessa vez segundo o texto a própria direção da companhia conspirava contra a venda, quando demorava até dois meses para liberar informações ao BNDES, banco gestor das privatizações²¹.

Uma reportagem na edição de 15 de maio de 1996 com o sugestivo título: “Os pés de barro do ídolo de ferro” segundo *Veja*, viria ser a pá de cal na derrubada do mito de que a Vale Rio Doce era uma empresa primorosa. Um relatório do BNDES apresentado no Senado mostrando a Vale como uma empresa medíocre, com desempenho financeiro bem inferior em relação às principais concorrentes internacionais. O texto de *Veja* aproveita para descarregar todos os argumento já usados pelo periódico em outras edições. Então, a Vale não é como disseram: “Na Vale não havia empreguismo, prejuízo, desperdício, doação de dinheiro público para fundos de pensão”. O ídolo então não seria tão perfeito assim. O ataque então sobra para aqueles que defendiam a não venda da estatal baseados na sua suposta eficiência. Idólatras da Vale, segundo o texto. Os números do BNDES, soariam como verdadeira heresia para estes. Os políticos contrários a venda da estatal não passariam imunes das críticas na matéria: “Os políticos não querem vender a empresa. Não querem vender estatal nenhuma, porque elas funcionam como fonte de poder, mas a Vale é especial.” Tão pouco FHC escaparia de cobranças em uma matéria tão favorável ao posicionamento do periódico. “FHC vendeu menos estatais

²⁰ ECONOMIA & NEGÓCIOS. Mais turbulência na Vale. *Veja*, nº 1432, 21 fev. 1996, p. 59.

²¹ GOIS, Ancelmo. Vale atrapalha privatização. *Veja*, nº 1438, 03 abr. 1996, p. 25.

que Collor. Até Itamar Franco que não podia ouvir falar em privatização de desfêz de mais empresas”. O texto é concluído afirmando que o programa de privatizações assumiu caráter anárquico devido a falta de um político firme orientando o processo²².

Nos meses seguintes *Veja* daria algum destaque para privatização da rede ferroviária. Em trocadilho, em trecho de matéria na edição de 19 de junho 1996, o programa de privatização de FHC é considerado “meio lerdo”, como as locomotivas da rede ferroviária. Cita no entanto que esse é um processo que vai avançando mesmo ao poucos. No caso das ferrovias, o texto apresenta um cenário favorável, tanto a trechos já concedidos e também com as novas concessões. O texto novamente faz um apanhado geral para mostrar os benefícios da venda de estatais. O setor de siderurgia estaria sendo tocado pela iniciativa privada e com lucro e com os funcionários das empresas satisfeitos. Faz referência também a concessão de rodovias, afirmando que os motoristas vão ter que pagar pedágio, como no caso da Ponte Rio-Niterói e a Via Dutra, mas em compensação o tráfego será em estradas bem mais cuidadas ao contrário da buraqueira enfrentada antes. O texto é concluído deixando uma grande ressalva: “Ainda falta mexer em duas áreas importantes, a de telecomunicações e a de energia. Aí, por enquanto, o governo fez mais fumaça do que fogo”²³.

Se durante boa parte do segundo semestre de 1996 a questão privatizações ficou um pouco mais ausente em *Veja* em grandes reportagens e opiniões, a edição de 27 de novembro daria grande destaque ao tema. A coluna “Carta ao leitor” no início do semanário, já se debruçava sobre o tema, adotando tão enfático com o título: “Chega de nhenhém”. O texto faz referência ao sucesso na privatização de uma companhia telefônica feita na Alemanha. Comparado ao cenário nacional, no país europeu não existiriam ex-presidentes ou até mesmo integrantes do alto clero se manifestando contra a venda de estatais, nem mesmo sobre o tipo de moeda aceito em leilões de privatização. A Vale do Rio Doce reaparece. Segundo o editorial a privatização na mineradora é motivo de chiquês variados de partidos de políticos de estados onde a estatal atua, ex-presidentes e até bispos se manifestaram

²² NETO, Antenor Nascimento.. Os pés de barro do ídolo de ferro. *Veja*, nº 1444, 15 mai. 1996, p. 108-109.

²³ ECONOMIA & NEGÓCIOS. Conserto nos trilhos. *Veja*, nº 1449, 19 jun. 1996, p. 109.

contrários à privatização. Fatos pitorescos, segundo o editorial, apontando que não há argumentos racionais fundamentados contra as privatizações²⁴.

Figura 2 - “Carta ao leitor” defesa das privatizações

Carta ao leitor

Chega de nhenhenhém

VEJA apresenta nesta edição três casos de privatização. Na segunda-feira, na Alemanha, o governo vendeu 25% da Deutsche Telekom, a companhia de telecomunicações. Negociadas nas bolsas de valores, as ações da Telekom tiveram procura espetacular. O governo arrecadou 13 bilhões de dólares e, uma hora depois do lançamento na bolsa, as ações da empresa tinham-se valorizado 19%. Isso sem que ex-presidentes alemães protestassem, sem discussões sobre a moeda a ser usada na privatização, sem que o bispado teutônico estrilasse (*veja reportagem na pág. 134*).

Na quarta-feira, o governo fluminense privatizou a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro, Cerj. A distribuidora de energia foi vendida por 605 milhões de reais, 30% a mais que o preço estipulado. E isso sem debates sobre o seu papel estratégico, o impacto da privatização na economia regional, sem que um prelado da hierarquia católica se pronunciasse (*veja quadro na pág. 135*).

Na esfera federal, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi motivo de chiquetes variados (*reportagem na pág. 32*). Parlamentares, ex-presidentes, políticos dos Estados onde a Vale atua e até bispos se manifestaram contra a privatização. Tudo muito pitoresco.



Vale do Rio Doce: motivo de chiquetes variados

Não há nenhum argumento contra a privatização, no entanto, que se fundamente em bases racionais. Se o preço da estatal for o de mercado e se o funcionamento da empresa depois da venda for regulado de maneira a salvaguardar o interesse público — se essas premissas forem cumpridas —, não há como uma privatização fracassar. Não há notícia, no Brasil e no mundo, de uma privatização que, feita nesses moldes, não tenha sido um sucesso. É preciso parar com esse nhenhenhém de que a privatização é um perigo, um atentado à soberania nacional, uma alienação do patrimônio do país. Ela é tão-somente uma maneira de tirar o Estado de atividades que estarão mais bem geridas pela iniciativa privada.

Fonte: Revista *Veja* nº 1472, p.7, 27 de nov. de 1996.

A Vale do Rio Doce apareceria em matéria na mesma edição com tema político. O alvo de críticas seria o Senador José Sarney contrário a venda da estatal. “Sarney gosta de estatais porque, através delas, pode fazer amigos e influenciar pessoas, especialmente no Maranhão”. O texto aponta que a privatização não faria os empregos desaparecerem, mas faria de Sarney uma personalidade com menos amigos e menos influência²⁵.

²⁴ CARTA AO LEITOR. Chega de nhenhenhém. *Veja*, nº 1472, 27 nov. 1996, p. 7.

²⁵ JÚNIOR, Policarpo; FILHO, Expedito. Oposição a favor. *Veja*, nº 1472, 27 nov. 1996, p. 32-33.

Ainda na edição de 27 de novembro de 1996, as privatizações seriam destaque em uma reportagem na seção “Economia & Negócios” onde seria aprofundado o exemplo alemão citado no editorial, além de mostrar o processo de desestatização em outros países. Novamente a referência ao governo FHC na questão assume tom crítico. “A privatização é um dos itens do programa tucano, mas só na retórica. Na prática, Brasília senta no muro e fica vendo a vida passar.” Segundo o texto, em 1996 o governo federal privatizou seis estatais, enquanto Collor no início do processo, vendeu 15 estatais e Itamar Franco de perfil nacionalista, com certa aversão a desestatização vendeu 18 companhias. FHC estaria atrás com 14 privatizações. Até a Petrobrás recebe citação em encarte ao lado da reportagem. É citada toda a problemática envolvendo venda da Vale, onde grupos se posicionavam contra em nome do patriotismo.”Da privatização da Petrobrás nem se fala”²⁶.

Como a edição de final de ano de 1996 seria dupla, Civita também assinaria a coluna “Ponto de vista” de 25 de dezembro. O ano seria assim encerrado em *Veja* com tom de celebração com especial em edição dupla de natal e ano novo, trazendo na capa presidente FHC vestido de papai noel trazendo um saco de com formato de mapa do Brasil. Os bons números da economia, no emprego, consumo, inflação baixa e exportações pautaram a edição no periódico. Na coluna Civita manteria o mesmo tom. As privatizações seriam novamente lembradas já com seu característico pedido de agilidade: “Acelerar o processo de privatização, para tirar o governo do ramo da gestão de empresas (que certamente nunca foi o seu forte) e concentrar suas atenções no seu papel fundamental, de árbitro e estimulador do desenvolvimento econômico e social”²⁷.

O clamor dos pedidos de *Veja* finalmente parece que faria eco. Em 1997 o processo de privatização avançou substancialmente. A edição de 09 de abril traria reportagem intitulada: “Leilão amazônico” descrevendo o maior processo de privatização do mundo onde estariam sendo vendidas estatais com valor de até 100 bilhões de dólares. O texto começa afirmando que outros países haviam saído na frente, mas que agora chegou a vez do Brasil. Na sequência, é citada a abertura pelo governo de propostas para empresas interessadas em operar na telefonia móvel, setor até então intocável no processo de privatização. O texto faz um balanço, informando que todas as estatais de siderurgia e

²⁶ SIMONETTI, Eliana. A vez da Alemanha. *Veja*, nº 1472, 27 nov. 1996, p. 134-135.

²⁷ CIVITA, Roberto. Foi bom, e pode ficar melhor. *Veja*, nº 1476, 25 dez. 1996, p. 220.

petroquímica já foram vendidas, estradas e ferrovias estando já nas mãos de empresas privadas e as empresas de energia elétricas estando em processo de venda. Na matéria é afirmado ainda que a venda de estatais está ocorrendo em todos os países por motivos muito simples. Primeiramente libera recursos públicos para investimentos muito mais produtivos, como na área social. Em segundo lugar as empresas se tornariam muito mais eficientes. No caso brasileiro, governo não dispunha de recursos para investir nas estatais, seus serviços prestados se deterioraram e ainda essas empresas dão prejuízos ou rendem muito pouco ao estado. Para concluir, cita que ainda havia em torno de cinquenta estatais no balcão de venda. “É de fato uma leilão amazônico”²⁸.

Com o processo de privatização em diversos setores andando, como relatado acima, as atenções de *Veja* se voltariam novamente para a Vale do Rio Doce, que estava em vésperas de ir a leilão. A edição de 30 de abril de 1997 chegaria às bancas com uma grande reportagem de 15 páginas sobre a privatização da mineradora.

Figura 3 - Sobre a privatização da Vale do Rio Doce

²⁸ NETO, João Sorima. Leilão amazônico. *Veja*, nº 1490, 09 abr. 1997, p. 108.



Economia e Negócios

LEILÃO DA PESADA

O poder e a riqueza que estão em jogo na privatização da Vale do Rio Doce

David Fréchetlander e Mara Louco



A briga começou e será feia. O Partido dos Trabalhadores marcou uma passeata em Capaçabana para esse domingo. Na segunda-feira, uma multidão começará a acampar na frente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para protestar. Entidades com atuação política, como a Ordem dos Advogados do Brasil, os bispos da CNBB, os procuradores do Ministério Público Federal e até o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, também estão alinhadas no pelotão de combate. O que todos esses grupos querem é impedir o leilão da estatal Vale do Rio Doce. Nas últimas semanas, cerca de setenta ações judiciais foram esparanhadas pelos tribunais dos nove Estados em que a Vale tem negócios, com o

objetivo de impedir o leilão na última hora. Disposto ao contra-ataque, o BNDES mobilizou 120 advogados e alugou quatro jatinhos para desarmar liminares até o último minuto antes da batida do martelo. Até a noite de sexta-feira, duas ações conseguiram criar embargos para a realização do leilão, mas, se o BNDES conseguir neutralizar iniciativas como essas, a Vale terá um dono do setor privado na tude da próxima terça-feira.

Nenhuma das 52 privatizações de estatais já realizadas no Brasil ganhou a ressonância política e ideológica obtida pelo leilão da Vale do Rio Doce, uma empresa eficiente, lucrativa e gigantesca. Desde que a Petrobrás, rainha das estatais, ficou fora da arena da privatização por imposição constitucional, a Vale se transformou na grande bandeira tanto do governo, que quer vendê-la, quanto dos grupos oposicio-

O que está em jogo

A Vale é a maior exportadora de minério de ferro do mundo. Tem a maior produção de ouro da América Latina. Controla ou é sócia de 58 empresas.

Tem negócios nas áreas de mineração, siderurgia, alumínio, papel e celulose. É dona de duas ferrovias, nove portos e vinte navios.

Tem 15 573 funcionários, um faturamento de 5 bilhões de reais e um lucro de 632 milhões.

nistas, que desejam impedir a venda. A guerra mais interessante, no entanto, ocorre no domínio econômico. Vieram disputar a estatal gigantes estrangeiros como a Anglo American, a maior mineradora do mundo, a Nippon Steel, uma supersiderúrgica japonesa, e a



americana Alcoa, líder mundial na fabricação de alumínio. Eles estão se aliando às maiores potências industriais do Brasil, como a Votorantim de Antônio Ermírio de Moraes, ou a CSN do empresário Benjamin Steinbruch, para dar seu lance no dia do leilão. A compra do controle da Vale do Rio Doce é uma oportunidade única. A estatal é um dos últimos grandes complexos industriais à venda no mundo.

Religião suíça — O que ainda existe disponível para privatização são estatais nas áreas de energia e de telecomunicações. Nesse campo, há muitas oportunidades, inclusive nos países da América Latina, entre eles o Brasil. Mas a empresa que ficar fora do leilão da Vale não terá outra chance como essa em país nenhum. Dona de sócia de 58 empresas, no ano passado a Vale faturou 5 bilhões de reais. Nenhuma outra empresa brasileira tem tantas ramificações decisivas. É a maior exportadora de minério de ferro do mundo, líder na produção de ouro da América Latina, explora manganês, bauxita e está para abrir uma grande mina de cobre no Pará. É sócia das principais siderúrgicas brasileiras, de fábricas de alumínio, de papel e celulose. E, sobretudo, a Vale dispõe de um inigualável sistema de logística de transporte, que é a verdadeira mina de ouro da companhia. Tem duas ferrovias, nove portos, um deles nos Estados Unidos, e vinte navios de carga. Sem um sistema cruzado como esse, seria impossível para a Vale tirar o minério do meio da selva amazônica e embarcá-lo rumo ao Japão — a um preço competitivo. Imaginar a Vale sem essa logística de transporte é como pensar na Souza Cruz ou na Coca-Cola sem suas fabulosas redes de distribuição.

Além de transportar o minério da estatal, a malha de trens, portos e navios da Vale movimenta cargas de outras empresas. Leva para o exterior o aço das siderúrgicas mineiras e, na viagem de volta, traz carvão para alimentar essas mesmas siderúrgicas. Carrega a soja exportada pelos agricultores do Centro-Oeste e do sul do Maranhão e traz peças importadas pela Fiat. Por suas ferrovias circulam a cerveja da Brahma, madeira, granito, cimento e o combustível que abastece as cidades do sul do Pará. E, obviamente, a Vale transporta o seu próprio minério, que na ferrovia de Carajás desliza a bordo

100 30 de abril, 1997 veja

veja 30 de abril, 1997 101

Fonte: Revista *Veja* nº 1493, p. 100-101, 30 de abr. de 1997.

O texto inicialmente trata dos protestos preparados por grupos contrários a privatização da mineradora. Destaca o Partidos do Trabalhadores e outras entidades de atuação política, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bispos na CNBB, procuradores do Ministério Público Federal e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Segundo o texto, o que todos esses grupos queriam era impedir o leilão da Vale do Rio Doce. Relata que nas semanas anteriores, pelo menos 70 ações judiciais, em pelo menos 9 Estados, foram movidas objetivando impedir o leilão. Cita também a mobilização do BNDES, com atuação de 70 advogados e aluguel de jatinhos para desarmar possíveis liminares às vésperas do pregão. O texto cita que nenhuma venda de estatal até aquele momento havia gerado tanta disputa política e ideológica. Aqui o texto contradiz de certa forma o que fora afirmado em outras oportunidade, quando classificava ser a Vale era “a joia mais rica do estatismo brasileiro”. Nesse texto é afirmado, citando a Petrobrás: “Desde que a Petrobrás, rainha das estatais, ficou de fora da

arena da privatização por imposição constitucional, a Vale se transformou na grande bandeira, tanto do governo, que quer vendê-la, quanto dos grupos oposicionistas, que desejam impedir a venda”. Aqui cabe um adendo. Além de classificar no texto a Petrobrás como a mais importante empresa estatal, bem como o fato de passar a impressão de que o governo tinha ideia de privatizar a petroleira, só não o fez por uma questão de legislação²⁹.

Retomando o tema Petrobrás, podemos dizer que a petroleira apareceu diversas vezes na pauta da revista sempre em torno de especulações sobre sua privatização ou não. Não é possível afirmar que o governo tinha ideias claras para passar estatal para setor privado cabendo ao periódico essa interpretação. Na edição de primeiro de outubro de 1997, uma matéria apontava que a empresa estaria aumentando seu poder e o monopólio do mercado em relação aos seus produtos. Está atitude mostraria que a estatal conta com um “poder soberano” capaz de desafiar Brasília e estaria promovendo um projeto contra-privatização contrário a política de FHC. A ordem no Governo Federal seria vender estatais e usar o dinheiro e a energia do Estado em suas funções básicas. O texto aponta ainda que a estatal estaria agindo no sentido de dominar o mercado de gás, avançar sobre hidrelétricas e termelétricas e ampliar a bacia de exploração do petróleo. Isso deixaria claro que a empresa “não quer largar o osso em hipótese alguma³⁰.

Em janeiro de 1998 o tema parece que seria definitivamente esclarecido. Não sem antes o periódico citar especulações em relação uma possível venda da estatal. Ao assumir a Agência Nacional do Petróleo (ANP), instituição criada para regular o mercado de petróleo no país, o genro de FHC, David Zylbersztajn afirmara em entrevista que o Estado deveria agir com promotor de investimentos e regulador e não como competidor no mercado petrolífero. A tese imediatamente foi ligada a uma possível privatização da Petrobrás. Mas em conversa de David com o Ministro de Minas e Energia ambos vieram a público e em entrevista esclareceram a questão, afirmando que a Petrobrás não seria privatizada no governo Fernando Henrique Cardoso³¹.

O assunto Vale seria literalmente página virada em *Veja*. Ou quase. Em texto na edição de 25 de junho de 1997, o semanário afirmaria que com a aprovação na Câmara dos Deputados, na última

²⁹ FRIEDLANDER, David; LUQUE, Mara. Leilão da pesada. *Veja*, nº 1493, 30 abr. 1997, p. 100 - 102

³⁰ NETO, Antenor Nascimento. Por baixo do pano. *Veja*, nº 1515, 01 out. 1997, p. 106 - 111.

³¹ ROCHA, Leonel. Pio mais claro. *Veja*, nº 1529, 14 jan. 1998, p. 26.

semana, da Lei Geral de Telecomunicações, autorizando a venda de estatais de telefonia, a venda da Vale do Rio Doce se transformaria numa transação muito pequena. Em o projeto passando no Senado o governo iria vender a estatal nacional Embratel, e as 27 empresas do sistema Telebrás, como a Telesp, Telerj e Telemig que iriam a leilão já em 1998. É propagado pelo periódico a privatização do setor de telefonia como um negócio que movimentaria em torno de 95 bilhões de dólares. Claro entrando na conta o próprio leilão de venda das estatais, mais uma estimativa de investimentos a serem realizadas pelas companhias privadas. É importante destacar que o texto faz referência a criação na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Trata-se de um dos pontos de destaque do modelo de privatizações do Governo FHC. As chamadas agências reguladoras encarregadas de fiscalizar os setores privatizados. No caso do setor de energia a responsável é a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O texto destaca que a ANATEL terá poderes de definir tarifas e mesmo intervir nas empresas quando julgar que o consumidor esteja sendo lesado. *Veja* destaca o poder dessas agências. Seus diretores segundo o periódico serão nomeados pelo presidente da República, após aprovação no Congresso. “Terão dinheiro, poder e agilidade. E terá um chefe cujo cacife no desenho do poder será maior do que o da maioria dos ministros”³².

Como é possível perceber, a atuação de *Veja* no tema privatizações segue a direção de argumentar principalmente apontando problemas do governo em aplicar recursos nas estatais, mas em especial apontar uma série de problemas dentro das empresas. O periódico não deixaria assim de publicar na edição de 06 de agosto de 1997, um “especial”, digamos com, a “comprovação” desses problemas nas empresas recém privatizadas, quando ainda eram estatais.

Figura 4 - Situação das empresas recém privatizada

³² PATURY, Felipe; FERREIRA, Roger. Caiu a ficha. *Veja*, nº 1501, 25 jun. 1997, p. 110-111.

Especial

SUJEIRA SOB O TAPETE

Levantamento mostra o desperdício e a corrupção que imperavam nas empresas estatais recém-privatizadas

Roger Ferreira e Raquel Almeida

A Embraer, que fabrica aviões em São José dos Campos, no interior paulista, era servida por seis restaurantes até a privatização, em 1994: um para operários, um para técnicos, outro para profissionais com formação superior, um para chefias de seção, outro para gerentes e um último para diretores. Havia até quem se deslicasse de carro preto, oficial, entre o escritório e a sala de almoço, apesar de a distância entre os dois pontos não ultrapassar um mísero quarteirão. Sobrou apenas um refectório para todo mundo. Os antigos presidentes da Companhia Siderúrgica Paulista, Cosipa, empresa que funciona em Cubatão, eram paparicados por um entourage digno de Luís XIV. Em volta dos presidentes da Cosipa saltavam 122 serviços, que engoliam 2,6 milhões de dólares por ano, em salários. Seberaram só quatro. São flagrantíssimos do estado geral de duas empresas brasileiras antes e depois do processo de privatização. A mudança provocada pela venda das estatais é também dramática em todas as outras companhias privatizadas.

Uma comparação desse tipo foi feita pelo economista Armando Castelar Pinheiro, chefe do departamento econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. Ele estudou os dados de 46 empresas estatais privatizadas entre 1981 e 1994.

DO VINAGRE PARA O VINHO
Um estudo do BNDES mostra como melhorou o desempenho de 46 estatais privatizadas entre 1981 e 1994

- O faturamento cresceu 27%
- As vendas por funcionário subiram 83%
- O número de empregados caiu 31%
- O lucro melhorou 500%
- O patrimônio triplicou
- O endividamento diminuiu 16%
- O investimento quadruplicou

Fonte: "No que diz respeito à privatização", de Armando Castelar Pinheiro, chefe do Departamento Econômico do BNDES

...sas privatizadas entre 1981 e 1994 e chegou a constatações interessantes. O faturamento dessas empresas cresceu 27% entre o período estatal e o privado, e a número de funcionários caiu 31%. As vendas contabilizadas por funcionário subiram 83%, o patrimônio triplicou e o investimento quadruplicou. O lucro, que é o índice mais importante de qualquer empresa, subiu o prejuízo crônico dos balanços (veja quadro abaixo).

Não dá para brigar com esses números, que mostram um desempenho lamentável das estatais. Muitas delas provavelmente estavam a caminho do desaparecimento e ressuscitaram depois da privatização. Mesmo os experientes administradores privados tiveram algumas surpresas quando pisaram nas ex-estatais. A Rede Ferroviária Federal, com seus trens e trilhos escangalhados, era dona de 22 000 imóveis, entre eles uma ilha em Angra dos Reis e um horto florestal no interior do Rio de Janeiro. A empresa está vendendo esse patrimônio. Até a Vale do Rio Doce, que pode ser considerada uma engenharia eficiente diante do desmazelo estatal, foi flagrada com um departamento dedicado à preparação de relatórios formado por 200 funcionários. Os novos administradores serraram esse cabide. Com toda a sua eficiência, a Vale não fugiu ao destino das estatais no capítulo da influência exercida pelos políticos. Os ex-presidentes Iamar Franco e José Sarney empregavam afiliados na companhia. Outros políticos que a usavam eram os ex-governadores Epitácio Cafeteira, do Maranhão, Jader Barbalho, do Pará, e Newton Cardoso, de Minas Gerais. Entram nessa lista o ex-vice-presidente Aureliano Chaves e um grupo de quarenta deputados e vinte senadores.

Papel higiênico — As estatais brasileiras foram consunidas por três vírus que atacam em conjunto, ou em quadrilha — política, corrupção e descaço. A Companhia Siderúrgica Nacional, a histórica empresa criada em 1941 em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, tinha o hábito de deixar dinheiro parado em contas correntes abertas em pequenos bancos no final dos anos 80, o que configura um pecado capital em tempos de alta inflação como aqueles. Os bancos guilham dinheiro — pelo menos 80 milhões de dólares — e a CSN perdeu. Numa empresa privada, coisa assim teria sido punida com demissão e eventual processo. Na CSN, ficou tudo por isso mesmo. O engenheiro carioca Roberto Procópio de Lima Netto, que presidiu a empresa nos três últimos anos de estatal e nos primeiros meses da atividade privada, conta que foi procurado por um deputado federal interessado em saber quando a CSN pagaria as encomendas feitas a cinco empresas fornecedoras. Profissional e cuidadoso, Lima Netto tratou bem o deputado e mais tarde ligou para os fornecedores. "Eu disse a esses empresários que, se quisessem dar dinheiro a políticos, não me envolvessem na história", diz Lima Netto. O deputado não apareceu mais na companhia.

Os novos administradores da Light, distribuidora de energia elétrica do Rio de Janeiro privatizada em maio do ano passado, toparam com um caso que cheira a desperdício grosso ou gamagrana. A empresa tinha, no ano passado, 3 000 carros, muitos apodrecendo no pátio, e 2 380 motoristas. Numa primeira etapa, a frota foi reduzida para 1 600 veículos, e chegará aos 1 200 que a em-

Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)
(Privatizada em 1992)

	1992	1996
Funcionários	6 100	3 569
Produtividade	64 000 dólares por funcionário	194 000 dólares por funcionário
Resultado	Prejuízo de 146 milhões de dólares	Lucro de 126 milhões de dólares

A siderúrgica CST, do Espírito Santo: salários dobraram após a privatização

A siderúrgica CST, do Espírito Santo, havia contratado a reforma de um alto-forno, aquela máquina gigantesca que faz o aço, por 185 milhões de dólares. A direção privada da empresa reconstruiu o serviço por 105 milhões. Na Cosipa aconteceu coisa parecida. Um forno foi reformado por 200 milhões de dólares, serviço que poderia ter sido feito pela metade do preço. Queimaram-se nessa operação 100 milhões em dinheiro público. A CSN pagaria 7 milhões de dólares pela construção de uma barragem no Rio-Paraná. Os no-

veja 6 de agosto, 1997 67

Fonte: Revista *Veja* n° 1507, p. 66-67, 06 de ago. 1997.

Como se percebe, o periódico, não poupou espaço para tratar do tema. A reportagem ocupa um total de 6 páginas. Ali há relatos da existência de seis restaurantes na fábrica de aviões da Embraer, privatizada em 1994, uma para cada categoria de funcionários. Passa por apontar que a Companhia Siderúrgica Nacional deixava dinheiro parado em contas correntes nos anos 80, o que em tempo de inflação configura um “pecado capital”. Completa que em empresa privada, o fato causaria demissão e eventual processo. Cita o caso da distribuidora de energia Light, que teria nos tempos de estatal, 3 mil veículos, muitos deles abandonados no pátio, e 2.380 motoristas. Aponta o envolvimento de políticos em estatais. “E aí, quando o fator empresarial se mistura com o político, torna-se a rota do desastre. Em outro trecho do texto iria além: “A combinação de burocracia, ladroagem, uso político e ineficiência pesa nas costas destas empresas como uma saca de pedras”. Ataca o argumento de que estatais teriam função social e não precisam objetivar o lucro e serviriam para preservar as riquezas do país, alegando

que os prejuízos são cobertos pelo Tesouro, e os contribuintes, nunca são consultados. A matéria busca ser completa, sempre que aponta as chamadas mazelas nas antigas estatais ao lado é apresentado um gráfico mostrando seu crescimento com a privatização. Ao final da matéria seria feito um apanhado geral a favor da desestatização, que teria sido boa tanto para o governo como para as empresas. Haviam ocorrido demissões sim, mas não tantas, e quem continuou no posto teve aumento nos salários. Argumenta que essas empresas privatizaram outros serviços, necessitando de outras empresas e empregados. Com lucro, a geração de impostos aumenta favorecendo o contribuinte em geral. Na sequência o texto ataca os contrários às privatizações: “Alguns sindicalistas, políticos e espertalhões perderam o seu espaço de prestígio e negócio. Bem feito”³³.

Nos últimos meses de 1997, as privatizações não ocupariam mais muito em espaços nas páginas de *Veja*, somente alguns destaques para privatizações a nível dos Estados brasileiros. No ano de 1998 o principal destaque de *Veja* em relação venda de estatais seria para a privatização da área de telefonia com o leilão do chamado Sistema Telebrás. O ano também seria marcado pelas eleições, para as quais a revista daria grande destaque principalmente para as discussões políticas e econômicas. A questão das privatizações não deixaria também de estar presente nessas discussões. O primeiro aspecto importante nesse sentido, trata-se de uma preocupação apontada pelo periódico na edição de 28 de janeiro. Uma questão que não envolvia tanto o governo FHC, mas sim os governos estaduais. O texto aponta que a venda de estatais no Estados podem servir para financiar obras “eleitoreiras” sem que efetivamente que os recursos das vendas de estatais fosse direcionado para redução do forte endividamento dos entes federativos³⁴.

A privatização da Telebrás entraria na pauta de *Veja* em 1998 na edição de 04 de fevereiro. Uma matéria na seção “Economia & Negócios” iniciaria com o costumeiro tom positivo para um avanço e negativo para um considerado retrocesso no processo de desestatização. O texto afirmado que o leilão da Telebrás seria realizado entre junho e julho e que a venda da estatal seria um dos maiores negócios do planeta. Em isso ocorrendo a população sairia ganhando. Até o final do ano o serviço para aquisição de uma linha telefônica seria prestado de forma bem mais ágil a um preço bem inferior. O

³³ FERREIRA, Roger. Sujeira sob o tapete. *Veja*, nº 1507, 06 ago. 1997, p. 66-71.

³⁴ ROCHA, Leonel. Dinheiro na mão. *Veja*, nº 1531. 28 jan. 1998, p. 20-21.

ponto negativo segundo o texto é o atraso, devido a questões judiciais nas concessões para o chamado serviço de telefonia da banda B, que englobava o serviços de telefonia celular³⁵. Na coluna “Hipertexto” na edição de 11 de fevereiro apresentava tom festivo, afirmando que o acesso ao telefone celular em algumas regiões ficaria facilitado entre outros aspectos, conforme imagem abaixo, “graças estratégia do governo de deixar as estatais tinindo para uma eventual privatização³⁶.

Figura 5 - Aumento número de linhas telefônicas



Fonte: Revista *Veja* nº 1533, p. 14, 11 de fev. de 1998.

Em tempos que o papel desempenhado pelo poder judiciário está em constante discussão no país, voltando a 1998 o assunto também apareceria na grade na Revista da Editora Abril. Segundo o semanário, pesquisa realizada pela Instituto de Assuntos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo

³⁵ NETO, João Sorina. Conversa fácil. *Veja*, nº 1532. 04 fev. 1998, p. 75.

³⁶ BRITO, Manuel Francisco. Enfim, celular de gente grande. *Veja*, nº 1533. 11 fev. 1998, p. 14.

com empresários, mostrou que a maioria vê os defeitos da justiça brasileira como inibidores para para mais investimentos. O principal problema apontado: a lentidão de decisão judiciais serviria para essa inibição na realização de negócios. Mas, podemos pensar onde entram as privatizações nessa questão de justiça? *Veja* traz a resposta na sequência do texto fazendo ressurgir na grade novamente a venda da Vale do Rio Doce. Segundo o texto: “A justiça também é morosa porque tem sido usada como instrumento protelatório, ideológico ou econômico. Durante o processo de privatização da Vale do Rio Doce, foram movidas 135 ações na justiça, todas elaboradas por defensores do corporativismo estatal”³⁷.

A partir do mês de junho às eleições, principalmente para Presidência da República, entram com força na pauta de *Veja*. Como já afirmamos, nosso foco de pesquisa são as privatizações no primeiro Governo FHC. Procuraremos, assim fazer apenas uma apanhado geral de como os temas se entrelaçam, ou seja, eleição e privatização. Até porque, não podemos negar havia contrapontos aos projetos de FHC e da mesma forma já sabedores do resultado das eleições houve a manutenção do mesmo no poder, não deixando de significar a sequência de um projeto ideológico, político e econômico.

A edição de 10 de junho trazia a matéria com o título “cabeça a cabeça” que mostrava que as pesquisas apontavam empate técnico entre o candidato do Partidos dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva e o próprio FHC do PSDB. Com a sequência da campanha, os números das pesquisas foram se mostrando cada vez mais favoráveis a FHC. As privatizações aparecem no texto, quando é mencionado o programa de governo do PT. Afirma que em contraposição ao programa de privatização do PSDB, os petistas pretendiam adotar parcerias do Estado com a iniciativa privada, por meio de concessões de serviço público³⁸.

Na edição de 17 de junho novamente se mostraria o “combate pela presidência” entre FHC e Lula. O petista afirmando que a privatização da Telebrás tratava-se de entrega gratuita do patrimônio público, com recursos indo para o caixa dois da campanha do tucano. FHC por sua fez rebatendo, ordenou ao seu seu advogado abertura de processo por calúnia. Para *Veja* a acusação de Lula

³⁷ THURY FILHO, Altair. O preço da ação. *Veja*, nº 1535. 25 fev. 1998, p. 23-24.

³⁸ FILHO, Expedito; JÚNIOR, Policarpo. Cabeça a Cabeça. *Veja*, nº 1550. 10 jun. 1998, p. 42-45.

tratava-se de “fruto do entusiasmo de palanque e desconhecimento a respeito das avaliações técnicas das empresas”³⁹.

Leonel de Moura Brizola, candidato a vice na chapa de Lula também teria atenção de *Veja* na coluna “Opinião” de Flávio Pinheiro na edição de 24 de junho. Para o colunista a “desprivatização” de Brizola por Lula foi uma péssima ideia do petista. A cogitação de Brizola de anular as privatizações, como a da Vale do Rio Doce e a revisão da venda de outras estatais é fortemente criticada no texto. Tudo em volta da discussão do forte nacionalismo visto em Brizola pelo autor que aponta: “O nacionalismo de Brizola coaginou nos anos 50 e entope a candidatura de Lula”⁴⁰. A edição de 12 de agosto estamparia uma entrevista com Lula. As privatizações de FHC, obviamente entraram na pauta. Perguntado se eleito Lula iria rever as privatizações, respondeu que faria auditorias, em se encontrando “maracutaias” poderiam ser desfeitas. Mas afirmou que não havia ideia de revogar o que já havia sido feito, uma vez que as privatizações foram aprovadas por leis no Congresso Nacional e isso deveria ser respeitado⁴¹.

Passadas a eleições com a vitória de FHC para o segundo mandato, *Veja* faria uma espécie de balanço apontando os rumos que o PT deveria tomar para se “reinventar” e se alinhar aos novo modelo de esquerda adotado por socialistas europeus deixando de lado os “românticos propósitos revolucionários”. O tema privatizações não deixaria de estar presente no apontamento: “O socialismo italiano, francês, alemão e o trabalhismo inglês enveredaram, pelo caminho reformista da social democracia, a chamada “terceira via” e é curioso notar que os governos não hesitam em implementar políticas “neoliberais”, com a redução do estado de bem-estar social e a privatização de mastodônticas empresas estatais⁴².

Com a aproximação da privatização da Telebrás, a cobertura da venda da estatal foi ampliada. Na edição de 17 de junho de 1998 aponta que o governo definiu o preço da empresa. *Veja*, afirma que o preço mínimo de 13,4 bilhões de reais iria configurar o maior negócio na área no final do século. Novamente é citado no texto que com a privatização a disponibilização de linhas será mais ágil, além de

³⁹ BRASIL, A guerra começou. *Veja*, nº 1551. 17 jun. 1998, p. 44-45.

⁴⁰ PINHEIRO, Flávio. Recordar é viver. *Veja*, nº 1552. 24 jun. 1998, p. 35.

⁴¹ BYDŁOWSKI, Lizia. Falta auto-estima. *Veja*, nº 1559. 12 ago. 1998, p. 13-15.

⁴² SABINO, Mário. E agora companheiro. *Veja*, nº 1567. 07 out. 1998, p. 34-35.

que iria ocorrer um barateamento no valor das chamadas telefônicas. Aponta ainda que com novos investimentos privados seriam gerados empregos no setor e a ampliação dos serviços fazendo com que o telefone deixe de ser um artigo de luxo⁴³.

Enfim havia chegado o momento do leilão de privatização da Telebrás. A edição de 29 de julho começaria na própria capa dando destaque a venda da estatal de telefonia.

Figura 6 - Capa privatização da Telebrás



Fonte: Revista *Veja* nº 1557, p. 1, 29 de jul. de 1998.

A edição traz uma grande reportagem sobre a privatização com a “Carta ao leitor”, o editorial do semanário apresentando a visão de *Veja* sobre a venda da estatal. O seu título aponta para tal:

⁴³ SORIMA NETO, João. A maior do mundo. *Veja*, nº 1551. 17 jun. 1998, p. 129.

“Porque vender a Telebrás”. Os argumentos usados, são os já citados. A privatização como fator determinante para a melhora dos serviços. Aponta que havia 17 milhões de brasileiros esperando por uma linha de telefone fixo e 7 milhões por um telefone celular. Cita que a estatal teve sua importância, mas em outro momento e que naquele momento o monopólio deixou de ter qualquer sentido. A alegação de que somente o Estado poderia levar serviços de telefonia a regiões e camadas mais baixas da população não se efetivou. O papel social da estatal assim não havia se confirmado. E citado o papel assumido pela ANATEL. “Com a privatização, o Estado deixa sua condição de mau gerente para assumir a de fiscalizador. É uma forma de atrair investimentos e tecnologia para um setor em que o Brasil se tinha tornado sinônimo de atraso”⁴⁴.

Na edição da semana seguinte do dia 05 agosto a privatização da Telebrás assume tom de euforia, principalmente com o resultado do leilão. A “carta ao leitor” afirma que o preço alcançado de 64%, ou seja o preço mínimo do sistema Telebrás estava estipulado em 13,5 bilhões de reais mas acabou sendo arrematado por 22 bilhões e com cerca 70% do valor vindo de investidores internacionais, significava sinal de confiança na economia brasileira.. Para o semanário, isso mostrava claramente para a comunidade internacional que o Brasil é “mais do que nunca” um país onde vale a pena investir⁴⁵. Outra matéria na mesma edição segue o mesmo tom, afirmando que foi um “leilão perfeito”, com o governo conseguindo quase o dobro do que valiam suas ações da Telebrás. O futuro também é apresentado com otimismo. Além do valor arrecadado com a privatização o texto sugere que o país receberá investimentos na ordem de 100 bilhões para ampliação do número de linhas e modernização dos serviços com estimativa que se gere 100 mil empregos⁴⁶.

O posicionamento de *Veja* sobre a privatização é bem claro, conforme o relato até aqui. É irrestritamente favorável ao processo de venda de estatais devido a uma série de argumentos também já apontados. Mas será que no periódico é possível encontrar apontamentos de pontos negativos das privatizações realizadas FHC? Alguns são encontrados, mas o que se verifica é que não são contrários a privatização apontando falhas apenas em alguns aspectos.

⁴⁴ CARTA AO LEITOR. Porque vender a Telebrás. *Veja*, nº 1557. 29 jul. 1998, p. 9.

⁴⁵ CARTA AO LEITOR. Prova de confiança. *Veja*, nº 1558. 05 ago. 1998, p. 7

⁴⁶ DIEGUEZ, Consuelo. 22 Bi no bolso. *Veja*, nº 1558. 05 ago. 1998, p. 40-41.

Na coluna “Opinião” assinada por Flávio Pinheiro na edição de 27 de maio de 1998, o autor coloca vários pontos de interrogação sobre as privatizações do Governo FHC. Havia surgido naquela semana a possibilidade da participação de trabalhadores na compra de empresas privatizadas utilizando recursos da sua conta do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O autor lástima que essa oportunidade seja mais fortemente sugerida somente naquele momento quando 7 das maiores estatais já tinham sido vendidas. Menciona que 50.000 trabalhadores foram demitidos de estatais privatizadas. Pondera, no entanto, que mesmo que isso tenha sido inevitável devido ao inchaço característico do setor público, “tem forte pitada de humor negro, o convite aos trabalhadores para uma festa onde parte deles vai entrar com o bilhete azul”. Em seguida faz uma série de apontamentos sobre a venda de estatais. Não descarta como boa a ideia de trabalhadores em geral com contas ativas no Fundo de Garantia participassem da compra de estatais. Esse procedimento poderia evitar justamente o que aconteceu com a formação de monopólios, incentivando através de regras claras uma pulverização de controle com participação de acionistas, o que viria a “quebrar a ampla hegemonia do capitalismo genético, que consagra a transmissão de comando de empresas de pai para filho”. Transparece a ideia do autor que o processo poderia ter sido diferente quando afirma a baixa presença de teor pedagógico e que isso fez desperdiçar a oportunidade de “dar capitalismo brasileiro feições mais civilizadas”. Por fim passa a impressão de que se devia ter buscado um meio termo e uma ampliação de discussões deixando de lado simplificações baratas: “Não somos nem prisioneiros do mundo despolitizado da globalização, onde sobram apenas corporações e consumidores, nem do nacionalismo obsoleto”⁴⁷.

Flavio Pinheiro ao que parece, foi a “voz” mais forte em *Veja* quando o assunto é apontar descaminhos nas Privatizações do Governo FHC. Novamente na coluna “Opinião” da edição de 25 de novembro de 1998 o colunista critica fortemente a participação do BNDES na compra de estatais. Segundo o colunista, a onda liberal afirmava que o Estado sairia de vez do setor industrial atuando diretamente ou emprestando dinheiro a juros subsidiados a grandes empresas. Esses novos tempos iriam “desmamar o empresariado das tetas inesgotáveis da viúva” e a privatização seria a “pá de cal” na promiscuidade entre Estado e empresariado. Enfim, um divisor de águas definitivo, onde ficaria claro que o Estado serve para cuidar da segurança, hospitais e escolas. “Balela”, afirma Pinheiro. Faz

⁴⁷ PINHEIRO, Flávio. Os últimos sócios. *Veja*, nº 1548, 27 mai. 1998, p. 35.

referência ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional: “As mesmas tetas, tão férteis do PROER, derramaram muito leite nas privatizações”. Cita que o BNDES tem 40% da Light, 12% da Vale do Rio Doce e 25% da Telefônica. Todos esses percentuais adquiridos por fundos de pensão, como a PREVI dos funcionários do Banco do Brasil, financiados com recursos do BNDES. Segundo o autor, o banco tratava como investidores institucionais supostamente independentes fundos de pensão que durante anos foram alimentado com recursos do contribuinte e que cumprem a risca ordens de burocratas. Conclui que se chega ao fim do século com “a constatação de que a *rataiada* e os *babaquinhas* estão onde sempre estiveram”⁴⁸.

Nos últimos meses do ano de 1998 as reportagens de *Veja* sobre as privatizações se restringiram a mostrar o sucesso da venda da Telebrás, como na edição de 14 de outubro, quando em tom de comemoração é informado que uma pesquisa havia apontado que mais de três milhões de brasileiros já estariam conectados a internet. A única ressalva da matéria, é naquele momento o acesso a internet estava restrito às classes A e B, mas vê otimismo que nos anos seguintes havia potencial de crescimento para chegar a outras camadas sociais. Em tempo da chamada internet discada havia a necessidade de uma linha de telefone fixo para se conectar a rede, o semanário faz referência a desestatização do setor afirmando: “A maior oferta de telefones no mercado, por causa da privatização, e o barateamento dos computadores devem acelerar o ritmo de crescimento da internet no Brasil”⁴⁹.

⁴⁸ PINHEIRO, Flávio. A privatização estatal, *Veja*, nº 1574, 25 nov. 1998, p. 37.

⁴⁹ NUNOMURA, Eduardo. O sucesso da rede. *Veja*, nº 1568. 14 out. 1998, p.76-77.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As privatizações tiveram na Revista *Veja* no período de 1995 a 1998 que engloba o Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso ampla cobertura. Podemos afirmar que o assunto ocupou os mais diversos espaços e seções, seja em colunas de opinião, reportagens curtas de uma ou meia página ou grandes reportagens, muitas vezes classificadas pela Abril como “especiais” e mesmo em entrevistas.

O seu posicionamento é amplamente favorável ao processo de venda de estatais. Ações voltadas a desestatização que se enquadram plenamente nas medidas neoliberais em voga no período. Podemos afirmar que no entendimento de *Veja* essas medidas deveriam ser mais profundas no sentido do Estado se retirar da economia como empresário, assumindo no máximo o papel de regulador, como no caso da telefonia e no setor elétrico. Mesmo a Petrobrás é vista como detentora de um monopólio prejudicial ao melhor andamento do mercado setor de gás e de combustíveis.

Algumas poucas seções e colunas de opinião apresentam alguns questionamentos. Mas esses no geral apresentam apenas ressalvas, não quanto ao processo de privatizações em si, mas somente são feitas críticas pontuais a maneira de como o processo foi conduzido.

Nas reportagens e grandes matérias o apoio às privatizações é praticamente unânime. Os argumentos para esse posicionamento são conhecidos: estatais deficitárias mal geridas e detentoras de monopólios onde reina o empreguismo de cunho político, falta de dinheiro do Estado para investir e má qualidade dos serviços prestados. Alguns aspectos que sofreram controvérsias no período e mesmo hoje ainda sofrem contestações não foram vistos por *Veja* como problema.

Um dos aspectos é utilização das chamadas “moedas podres”, títulos da dívida pública usados para pagamento de estatais nos leilões. O posicionamento é irrestrito no sentido de indicar que mesmo que o dinheiro das vendas das estatais não foi canalizado para investimentos, como exemplo, esse tipo de pagamento ajudou a diminuir a dívida pública naquele momento, o que significou um grande avanço. Recursos para aplicação em outras áreas viriam depois quando o governo não necessitasse mais se preocupar em injetar dinheiro naquelas estatais e outra fonte seriam os impostos gerados por estas

ex-estatais quando apresentassem melhora da sua condição administrativa e econômica. Outro aspecto de discussão é o valor de venda das estatais. Esse aspecto também não sofre contestações do periódico. Ao contrário, quando isso surgia nas matérias vindo de opositores das privatizações, *Veja* fazia coro junto com Brasília, afirmando que os valores das estatais era definido por áreas técnicas do governo. Além disso, quando ocorria um leilão de venda de estatais com ágio, ou seja, com preços acima do mínimo estipulado, as reportagens assumem tom de comemoração, quando era dado grande mérito ao governo. Trata-se de um posicionamento a até certo ponto normal, para quem via nas estatais um peso para o Estado e o contribuinte em geral. A participação do BNDES financiando a compra de estatais também não é bem vista, evidentemente isso significa participação do Estado.

É importante destacar que o governo não estava imune de críticas. E quando isso ocorria? Quando no entendimento de *Veja*, o processo de privatizações estava patinando em questões burocráticas ou mesmo quando não havia definição do governo sobre a tramitação no parlamento das reformas na constituição que iriam liberar privatizações de diversos setores. Da cobrança nesse sentido nem o próprio FHC estava imune. Muitas publicações apresentavam assim duplo aspecto. De elogios por avanços e de cobrança por mais agilidade.

O posicionamento discursivo da revista no período foi além de defender as privatizações. Assumia até ponto de combate buscando desqualificar argumentos contrários. Estes geralmente eram classificados como de atraso, representando posições de um nacionalismo já superado. Não havia assim o entendimento de que existiam áreas estratégicas ao país que não deveriam ser desestatizadas. Conforme as privatizações iam acontecendo e exemplos de empresas que melhoram eram apresentados, o periódico atuava na derrubada desses argumento. A própria crise fiscal do Estado era muito utilizada, o que não deixava de favorecer o posicionamento da revista.

Outro artifício usado era mostrar às empresas privatizadas geralmente como casos de sucesso, algumas segundo o periódico se transformaram em exemplos de administração. As que não deram certo são consideradas exceções, estando na contramão do processo. Não deixava de exibir também a situação que imperava nessas ex-estatais antes da privatização, realçando os pontos negativos, com má gestão e desperdícios de recursos e usos políticos, principalmente na disponibilização de cargos.

A crise fiscal, mas principalmente a certa estabilidade econômica do período principalmente com o controle da inflação acabaram por tornar o processo de privatização mais tranquilo ao governo. Não é preciso lembrar a situação que imperava no país no final dos anos 1980 e inícios de 1990, com gigantescas taxas de inflação. Assim sendo, não havia uma oposição popular mais forte e as correntes políticas da oposição estavam enfraquecidas.

Veja procura agir como uma agente político e histórico, atuando assim com discurso na defesa das privatizações, construindo junto à opinião pública argumentos a favor do processo e desconstruindo argumentos contrários, de forma continuada. Temos que levar em conta a noção de poder apresentado no início deste trabalho. Há assim, um discurso de poder governamental e um veículo de imprensa, que no período chegou a ter edições com mais de 1 milhão de exemplares vendidos, reforçando esse discurso e mais que isso, de certa forma instigando para que o poder estatal aja de acordo com seu entendimento. Podemos imaginar assim o poder de alcance desse discurso junto ao público.

FONTES

Autor	Título da Matéria	Edição	Data	Páginas	Seção
BIDLOWSKI, Lizia	Falta auto-estima	1559	12/08/1998	13-15	Páginas Amarelas
BRITO, Manuel Francisco	Enfim, celular de gente grande	1533	11/02/1998	14	Hipertexto
CIVITA, Roberto	Desta vez,vamos!	1373	04/01/1995	106	Ponto de Vista
CIVITA, Roberto	No caminho certo	1425	03/01/1996	102	Ponto de Vista
CIVITA, Roberto	Foi bom, e pode ficar melhor	1476	25/12/1996	220	Ponto de Vista
DIEGUEZ, Consuelo	22 Bi no bolso	1558	05/08/1998	40-41	Brasil
FERREIRA, Roger	Sujeira sob o tapete	1507	06/08/1997	66-71	Especial
FILHO, Expedito	Areia na privatização	1430	07/02/1996	32-33	Governo
FRIEDLANDER, David; LUQUE, Mara	Leilão da pesada	1493	30/04/1997	100-102	Economia & Negócios
GOIS, Ancelmo	Privatizações no ritmo	1402	26/07/1995	41	Radar
GOIS, Ancelmo	Privatizações em alta	1404	09/08/1995	45	Radar
GOIS, Ancelmo	Vale atrapalha privatizações	1438	03/04/1996	25	Radar
JÚNIOR, Policarpo; FILHO, Expedito	Oposição a favor	1472	27/11/1996	32-32	Brasil
JÚNIOR, Policarpo; FILHO, Expedito	Cabeça a cabeça	1550	10/06/1998	42-45	Brasil
LEITE, Paulo Moreira; ALVARENGA, Tales	O Brasil está no rumo	1427	17/01/1996	20-27	Brasil

Não Informado	Sem saber aonde ir	1379	15/02/1995	92-93	Economia & Negócios
Não Informado	O congresso diz sim	1380	22/02/1995	28-29	Brasil
Não Informado	O futuro e a página virada da História	1396	14/06/1995	29	Carta ao Leitor
Não Informado	Hora de fechar o bazar	1480	29/01/1997	7	Carta ao Leitor
Não Informado	A Vale vai de troco	1383	15/03/1995	43-43	Brasil
Não Informado	Uma oferta de bilhões	1390	03/05/1995	36-37	Brasil
Não Informado	Uma força a mais na privatização	1401	19/07/1995	86-87	Economia & Negócios
Não Informado	Deu Usiminas	1407	30/08/1995	99	Economia & Negócios
Não Informado	Passo a frente	1410	20/09/1995	95	Economia & Negócios
Não Informado	Torre de Babel	1413	11/10/1995	106-107	Economia & Negócios
Não Informado	O telefone faz o mundo melhor	1421	06/12/1995	116-120	Economia & Negócios
Não Informado	Mais turbulência na Vale	1432	21/02/1996	59	Economia & Negócios
Não Informado	Conserto nos trilhos	1449	15/06/1996	109	Economia & Negócios
Não Informado	Chega de nhenhém	1472	27/11/1996	7	Carta ao Leitor
Não Informado	A guerra começou	1551	17/06/1998	44-45	Brasil
Não Informado	Porque vender a Telebrás	1557	29/07/1998	9	Carta ao Leitor
Não Informado	Prova de confiança	1558	05/08/1998	7	Carta ao Leitor

Não Informado	Vai sobrar telefone	1557	29/07/1998	1	Capa
NETO, Antenor Nascimento	Os pés de barro do ídolo de ferro	1444	15/05/1996	108-109	Economia & Negócio
NETO, Antenor Nascimento	Por baixo do pano	1515	01/10/1997	106-111	Economia & Negócios
NETO, João Sorima	Leilão amazônico	1490	09/04/1997	108	Economia & Negócios
NETO, João Sorima	Conversa fácil	1532	04/02/1998	75	Economia & Negócios
NUNOMURA, Eduardo	O sucesso da rede	1568	14/10/1998	76-77	Computador
OINEGUE, Eduardo	Reformas na hora da verdade	1444	15/05/1996	28-31	Governo
PATURY, Felipe; FERREIRA, Roger	Caiu a ficha	1501	25/06/1997	110-111	Economia & Negócios
PINHEIRO, Flávio	Recordar é viver	1552	24/06/1998	35	Opinião
PINHEIRO, Flávio	Os últimos sócios	1548	27/05/1998	35	Opinião
PINHEIRO, Flávio	A privatização estatal	1574	25/11/1998	37	Opinião
ROCHA, Leonel	Pio mais claro	1529	14/01/1998	26	Brasil
ROCHA, Leonel	Dinheiro na mão	1531	28/01/1998	20-21	Brasil
SABINO, Mário	E agora companheiro	1567	07/10/1998	34-35	Especial Eleições
SIMONETTI, Eliana	A vez da Alemanha	1472	27/11/1996	134-135	Economia & Negócios
SORIMA NETO, João	A maior do mundo	1551	17/06/1998	129	Economia & Negócios
THURY FILHO, Altair	O preço da ação	1535	25/02/1998	23-24	Brasil

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da História. In: X Encontro Estadual de História - o Brasil do Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria – RS, 26 a 30 julho de 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

AMARAL FILHO, Jair. Desestatização do poder público, concessão e terceirização. *Jornal O POVO*, fascículo 6, 2005.

ANGELI, D. S.; ANDRADE, I. S. Dificuldades, possibilidades e cuidados metodológicos na utilização da imprensa como fonte para a história política. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 385-425, dez. 2016. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/71537/40629>>. Acesso em 30 de out. 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 2000

BELIERO JUNIOR, J. C. M. Notas de Análise Sobre a Era FHC (1994-2002). *Revista Tópos*, 1, n.1, Presidente Prudente, jul. 2007.

CARDOSO, FH. *Mãos à obra, Brasil: proposta de governo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 131 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1998). *Notas sobre a reforma do Estado*. Novos Estudos/CEBRAP, 50.

COSTA E SILVA, Joana Gomes da. *O Modelo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso*. 2005. Trabalho de conclusão de curso - Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CRUZ, H.; PEIXOTO, M. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253 - 270. dez. 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FORIGO, Marlus Vinicius. Crise do Estado de bem-estar social e neoliberalismo. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, v. 3, p.51-62, 2003. Disponível em:<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/228/201>>. Acesso 25 de out. 2019.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984 -6150, Edição 25, V. 9, N. 3 (set./dez. 2017). Disponível em:<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5931/pdf>>. Acesso em 25 de nov. 2019.

MESQUITA, D. L., OLIVEIRA, E. R. de. As reformas liberais da década de 90: as políticas da Terceira Via e o novo ambiente institucional no setor sucroalcooleiro brasileiro. In: *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 32.

MORAIS, Fabrício de Souza. Nas páginas da *Veja*: Nacionalismo, propaganda e construção histórica nos dias do Sesquicentenário da Independência (1972). In: XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2013, Natal, RS.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N.(org.) *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

OLIVEIRA, G.; TUROLLA, F. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. *Tempo Social*, São Paulo, n. , p.195-217, 20 nov. 2003.

PAES DE PAULA, A P. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RÉGIS, André. Ideologias políticas, direitos humanos e Estado: do liberalismo à terceira via; reflexões para a discussão do modelo de Estado brasileiro. *Esmafê: Escola de Magistratura Federal da 5ª Região*, Recife, n. 4, p. 191-216, dez. 2002.

ROSSATTI, João Paulo . O espaço neoliberal: uma análise do discurso dos editoriais da revista veja (1985-1989). *Esboços* , v. 24, n. 38. p. 431-448, dez. 2017.

SALLUM Jr., Basílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: *Tempo Social, Rev. Sociologia USP*, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999

SILVA, Carla Luciana Souza da.(Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil). (2007). A revista *Veja* e a construção da hegemonia neoliberal no Brasil: a ideologia da globalização. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de História. Departamento de História. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: O Indispensável Partido Neoliberal*. Niterói: UFF / Unioeste, 2005. Tese de Doutorado.

VELASQUEZ, M. C. C.; KUSHNIR, B. CPDOC: *Veja*. 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja>>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

VERGARA, Sylvia Constant.. *Método de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, Lucas Schuab. A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método. 2010. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 14 de nov. de 2019.

VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: *Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador. 2002.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. In: *Projeto História*. São Paulo, v. 4, p. 89-102, jun. 1985.